

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PAULA RIVA

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTORES
FAMILIARES RURAIS

Porto Alegre
2009

PAULA RIVA

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTORES
FAMILIARES RURAIS

Monografia apresentada como
requisito à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Porto Alegre
2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Beatriz e Vicente, por todo o apoio, amor e dedicação. Ao Luciano, pela compreensão, carinho e incentivo. Aos meus irmãos, Rosângela, Diana e Elias por serem os meus melhores amigos. À minha “pequeninha e amável” Sofia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus por dignar-me a capacitação. Ao professor Paulo Waquil pela orientação e ajuda para a concretização deste estudo. À UFRGS e aos seus comprometidos e capazes professores.

RESUMO

Este trabalho aborda a agroindustrialização familiar praticada no três estados do Sul do país, com seu aspecto histórico de formação, suas peculiaridades e entendimentos, bem como seus impactos para as famílias praticantes da atividade. Objetiva-se fazer um estudo da relação existente entre a agricultura familiar e a sua inserção nos mercados, mais especificamente, um estudo sobre uma das possíveis formas de inserção, que é através da constituição de agroindústrias familiares. Analisam-se as características da agricultura familiar e da atividade agroindustrial familiar rural, bem como, faz-se uso de estudos empíricos com o objetivo de obter uma melhor caracterização da realidade agroindustrial. Para a compreensão sobre o desenvolvimento e os incentivos à atividade, aborda-se a Teoria Institucionalista e analisa-se o papel das instituições neste processo. Com base no material de pesquisa, se propõe um estudo sobre as diferentes teorias e experiências que tratam da agricultura e das agroindústrias familiares e de sua relação com os mercados, com suas formas de comercialização e de sua própria autonomia.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agroindustrialização Familiar; Mercados; Instituições; Fomento e Incentivo à Agricultura Familiar.

Classificação JEL: Q12; Q13

ABSTRACT

This paper examines the family agroindustrialization practiced in three states in the South, with its historical formation, its peculiarities and understandings as well as their impacts on the families that practice this activity. The objective is to make a study of the relationship between family farming and integrated markets, more specifically, a study of the possible forms of integration, which is through the establishment of family agroindustries. It examines the characteristics of family farming and family agroindustrialization activity areas, as well as makes use of empirical studies in order to obtain a better characterization of agro-industrial reality. For the understanding of development and incentives to activity, deals with the Institutional Theory and analyzes the role of institutions in this process. Based on the research material, we propose a study on the different theories and experiments dealing with agriculture and family agroindustries and its relationship with the markets, with its forms of marketing and self-sufficiency.

Keywords: Family Farming, Family Agroindustries; Markets, Institutions, Development and encouragement of family farming.

JEL Classification: Q12, Q13

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Canais de Comercialização (CADEIA CURTA).	46
FIGURA 2 – Administrações Regionais da SIDASC.	60
FIGURA 3 – Mapa de localização das unidades da CODAPAR.	62
GRÁFICO 1 - Principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias na esfera da produção.	38
GRÁFICO 2 - Destino da comercialização de produtos das agroindústrias familiares rurais.	49
QUADRO 1 - Características das agroindústrias familiares de suínos, leite e cana-de-açúcar no Oeste catarinense.	21
QUADRO 2 - Evolução do PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar.....	32
QUADRO 3 - Participação das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar no PIB do Brasil (1995-2003).	32
QUADRO 4 - Evolução do PIB/Brasil (2002 – 2003).	33
QUADRO 5 - Participação do Agronegócio Familiar no Agronegócio Total.	34
QUADRO 6 - Fluxograma Mercados das Pequenas e Médias Propriedades Rurais.	41
QUADRO 7 - Cursos e Treinamentos SENAR – RS.	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Procedência da matéria-prima adquirida de fora da propriedade.....	36
TABELA 2 - Procedência dos insumos utilizados nas unidades agroindustriais	37
TABELA 3 - Principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias na esfera da produção	37
TABELA 4 - Contratações BRDE	65
TABELA 5 - Percentual de alocação de recursos BRDE	65
TABELA 6 - Indicadores sócio-econômicos dos financiamentos do BRDE.....	66
TABELA 7 - A origem histórica de formação das agroindústrias familiares	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONCEITUAÇÃO	12
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR.....	12
2.1.1	Processo Histórico	15
2.1.2	Ruptura e Mudança de Paradigma	16
2.2	AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR.....	19
2.2.1	Limitantes	24
2.3	MERCADOS.....	27
2.4	NOVO RURAL.....	29
3	EVIDÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR	31
3.1	CONTEXTO MACROECONÔMICO.....	31
3.2	REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI, RS.....	34
3.3	REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	40
3.4	MUNICÍPIO DE PALOTINA, PR.....	44
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
4	PAPEL INSTITUCIONAL	51
4.1	GOVERNO FEDERAL E INSTITUIÇÃO DO PRONAF.....	51
4.2	TEORIA INSTITUCIONALISTA.....	52
4.2.1	Instituições	54
4.2.1.1	SENAR – RS.....	56
4.2.1.2	EMATER/RS - ASCAR.....	58
4.2.1.3	SIDASC – SC.....	59
4.2.1.4	CODAPAR – PR.....	62
4.2.1.5	BRDE.....	64
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
5	CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é muito importante para um país como o Brasil que tem sua origem histórica de formação e desenvolvimento alicerçada nesta atividade. Para a região Sul do país, também, mostra-se de grande importância esta atividade de cunho familiar, pois, para esta região, além de sua economia ser de origem agrícola, possui fatores que influenciaram e incentivaram a prática de uma agricultura familiar de pequenas propriedades, como a questão cultural das imigrações, o tipo de solo e terreno, a densidade populacional, entre outras.

Não obstante sua importância no contexto sócio-econômico da região e do País, as famílias que atuam neste segmento produtivo sempre enfrentaram inúmeras dificuldades para permanecer na atividade, em razão da carência de políticas públicas adequadas e aplicadas de forma continuada, aliada às questões relacionadas com a própria estrutura e organização dos agricultores familiares. Como forma de agregação de valor à produção, de diversificação de fontes de renda e de diferenciação produtiva, encontramos a agroindustrialização familiar como uma das possibilidades para a inserção nos mercados e a conquista da autosuficiência familiar.

A agroindústria familiar rural é uma das tentativas de revitalização da agricultura familiar, tratando de que a atividade rural aproprie-se de uma “[...] diversidade de valores e funções [...]” (FILIPPI; WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2006, p. 2). Sendo as agroindústrias familiares de grande importância para a viabilidade da agricultura familiar, bem como, para seu crescimento e desenvolvimento sustentável¹.

No aspecto econômico, a agroindustrialização familiar propicia uma expansão, um crescimento da atividade de cunho familiar em relação ao setor agrícola, com isso, há uma mudança da realidade econômica da atividade, contribuindo para uma melhor perspectiva para o setor familiar. Essa melhor perspectiva favorece os incentivos à atividade e apresenta-se como significativa

¹ Neste trabalho os termos desenvolvimento sustentável, suficiência, auto-suficiência e sustentabilidade têm o mesmo sentido de processo, ao longo do tempo, em prol de um progresso (social e econômico) e a busca de uma relativa autonomia e poder de fixação das famílias produtoras rurais. O processo é consciente e perdura, daí o conceito de sustentabilidade.

para a permanência e expansão da mesma, conseqüentemente, diminuindo o êxodo rural.

Porém, a agroindustrialização apresenta dificuldades em sua implementação. Embora possa caracterizar-se como uma atividade benéfica ao produtor, a sua execução apresenta limitações, como o aumento de custos produtivos e de manuseio, dificuldades em atender à legislação vigente, surgimento da necessidade de assistência técnica, dificuldades impostas pelas instituições, entre outras.

Este trabalho tem como objetivo fazer um estudo da relação existente entre a agricultura familiar e o mercado, um entendimento sobre a inserção nos mercados, tratando-se aqui, especificamente, de uma das possíveis formas de inserção, que é a agroindustrialização familiar. Analisam-se as peculiaridades e características da agricultura familiar, o processo de transformação, os mercados, os incentivos institucionais à atividade e a análise dos resultados deste processo. Estando este dividido em três capítulos, o primeiro com um capítulo conceitual sobre agricultura e agroindustrialização familiar, o segundo retratando estudos de casos sobre a agroindustrialização familiar nos Estados da região Sul do país e o terceiro traçando teoria, políticas públicas e ações institucionais. Somando-se a este desenvolvimento, encontra-se esta introdução, bem como a conclusão do trabalho e suas devidas referências bibliográficas.

Para chegar a este estudo, inicialmente, faz-se uma revisão conceitual e teórica sobre agricultura familiar, ruptura de paradigmas, agroindustrialização familiar, mercados e sobre o conceito de nova ruralidade. Como referencial empírico, utilizam-se estudos de casos que tiveram experiências com a agroindustrialização da produção familiar nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e de dados institucionais referentes à atividade.

2 CONCEITUAÇÃO

Neste capítulo serão apresentados os aspectos gerais da agricultura familiar, sua definição, suas transformações e mudanças de paradigmas, através de estudos teóricos e de discussões acerca do tema e de seus conceitos. Também será introduzido, nesta temática de agricultura familiar, o propósito de comercialização, de estrutura de mercados, voltando-se para a inserção familiar no mercado, especificamente, na forma de agroindustrialização familiar. Por fim, será analisado o “despertar” desta atividade para o seu fortalecimento e para a conquista de uma realidade de autonomia para os produtores rurais.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Definir agricultura familiar pressupõe delinear alguns indicadores que a caracterizem, entre os quais o de que as “unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros, podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores”. (SCHNEIDER,2005,p.25).

Segundo Abramovay (1997), o conceito de agricultura familiar foi concebido e compreendido tardiamente. Para o autor, o uso da expressão agricultura familiar, no Brasil, é muito recente. Até poucos anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Da mesma forma, a grande maioria dos textos acadêmicos voltados a este tema adotava os mesmos termos. Um dos grupos do Programa Integrado de Pesquisas Sociais em Agricultura (PIPSA) chamou-a, por um longo período de tempo, de “diferenciação social da pequena produção”. Também no interior do movimento sindical, era a defesa dos “pequenos produtores” que mobilizava grande parte de sua atuação.

A agricultura familiar era então caracterizada como de pequena produção, baixa renda ou de subsistência, pressupondo um julgamento relacionado ao desempenho econômico destas unidades familiares. Diante disso, o que se pensa

tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições precárias, que quase não tem acesso ao sistema de crédito, que pratica técnicas tradicionais e que não está integrado aos mercados mais dinâmicos e competitivos, estando desprovido de tecnologia e, conseqüentemente, de inovações. Conforme Abramovay (1997), diante destes fatos, dizer que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer o histórico do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos.

A importância da agricultura familiar no cenário nacional fica evidenciada no documento Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (1996), com base no Censo Agropecuário do IBGE (1995/96), existem no Brasil cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. A agricultura familiar ocupa uma área de 30% desse total, representada por cerca de 85% do total dos estabelecimentos. Gera também cerca de 40% do total do Valor Bruto da Produção Nacional (VBP), recebendo apenas 25% dos valores públicos destinados ao financiamento rural. Isso significa dizer que a agricultura familiar, comparativamente é mais produtiva, ocupando menor área agrícola e utilizando menos recursos financeiros que a agricultura patronal.
(BENEDET FILHO, 2004, p.21).

Nas citações de Abramovay (1997), um dos mais importantes livros sobre este tema, dos autores Gasson e Errington (1993), destaca seis características básicas que definem a agricultura familiar.

1. A gestão é feita pelos proprietários.
 2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco.
 3. O trabalho é fundamentalmente familiar.
 4. O capital pertence à família.
 5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família.
 6. Os membros da família vivem na unidade produtiva.
- (GASSON; ERRINGTON, 1993).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1996), definem a agricultura familiar a partir de três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; e os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

(BORILLI; HEINZMANN; SHIKIDA, 2006)².

Comum aos estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar é o reconhecimento da polivalência das suas formas produtivas. Embora nos limites possamos ter, por um lado, uma agricultura fundamentalmente de subsistência e, por outro, sistemas produtivos altamente especializados e capitalizados, o mais comum é que a agricultura familiar combine diversos tipos de atividades agrícolas.

Assim, podemos ter atividades tipicamente de autoconsumo que são, ao mesmo tempo, objeto de trocas entre vizinhos ou de venda em feiras locais. Por outro lado, culturas de cereais, leguminosas, a produção de leite e outros produtos, cuja combinação varia de região em região, podem ser incorporadas em circuitos mais formais de comercialização através de intermediários. Por sua vez, esta combinação de autoconsumo e mercantilismo simples se ajustava à chegada da agroindústria e os seus contratos de integração.

(WILKINSON, 2002).

Desta forma, a agricultura, de um modo geral, é caracterizada pelo cultivo da terra, visando ao lucro ou apenas ao próprio sustento dos agricultores. Porém, a realidade econômica indica a necessidade da obtenção deste lucro para a sobrevivência destes agricultores e para o sustento de uma vida em sociedade. Seguindo esta lógica, a agricultura familiar precisa encontrar meios para a obtenção não apenas da sobrevivência alimentar da família, mas também, buscar ganhos excedentes.

² Documento eletrônico não paginado.

2.1.1 Processo Histórico

A agricultura familiar na Região Sul do Brasil, inicia-se com um processo de ocupação das terras e instalação das primeiras atividades produtivas e já se orientava por um conjunto de relações mercantis.

Inicialmente, no período entre 1900 e 1935, os colonos instalaram um sistema produtivo descrito como “sistema de rotação de terras primitivas” (WAIBEL, 1949). Esse sistema utilizava ferramentas manuais e era baseado na derrubada e na queima da floresta para produção de algumas poucas culturas. Normalmente, os excedentes produtivos eram utilizados para a criação de animais que, posteriormente, poderiam ser vendidos vivos ou pela extração de algum subproduto, sendo a renda desta venda utilizada para a aquisição de algum produto de primeira necessidade como sal, café e açúcar.

Já no período posterior, até a década de 1960, não houve grandes alterações em relação ao corte, queimas e comercialização praticadas pelas famílias rurais. Porém, ocorreu uma mudança significativa na organização e estrutura da produção, ou seja, aconteceu uma ampliação das áreas cultivadas devido à necessidade de comercialização de volumes maiores de produção, bem como o aprofundamento das relações mercantis e expulsão do excedente populacional. Nesta fase, desenvolveu-se o sistema de rotação de terras melhoradas e se consolidaram importantes mercados consumidores de produtos regionais. Até o final da década de 1950, a agropecuária expandia a sua produção através da incorporação de novos pedaços de terra, entretanto, as inovações, fossem elas produtivas, técnicas ou tecnológicas eram pouco utilizadas. A melhoria dos canais de comercialização e dos meios de transporte torna-se muito importante para este processo em que a agricultura familiar passa a orientar-se mais aos circuitos mercantis para fortalecer suas estratégias de reprodução social.

Entre o pós 1960 e a década de 1990, configura-se um período de surgimento de algo novo para a agricultura familiar. Acontece a especialização de cultivos que, muitas vezes, se configurou em uma monocultura produtiva. Como foi o caso relatado por Conterato, Gazolla e Schneider (2007) na região do Alto Uruguai, RS, onde houve a introdução da cultura da soja e sua especialização produtiva, chegando à monocultura do grão.

A sequência do processo evolutivo da agricultura familiar acontece com a sua modernização, mercantilização e diferenciação. Para Kageyama e colaboradores (1990)³, a modernização da agricultura se dá principalmente pela mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução na agricultura, de máquinas, de elementos químicos, de inovação de ferramentas e mudanças de culturas ou o aparecimento de novas variedades. “É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, ou seja, uma nova maneira de produzir”. (KAGEYAMA, 1990, p. 113).

É importante identificar que, neste período de consolidação do modelo de complexos agroindustriais, acontece a reformulação de políticas agrícolas e mudança nos incentivos institucionais para a atividade. Com isso, fica estabelecida a estratégia de modernização agrícola.

“A mercantilização se dá pelo processo de inserção, cada vez mais crescente, em circuitos de trocas mercantis, implicando, assim, na redução de autonomia das famílias rurais”. (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Embora os produtores rurais percam parte de sua autonomia e tornam-se vulneráveis às oscilações de mercado, tanto de *outputs*, quanto de *inputs*,

[...] a mercantilização não representa uma fragilização da agricultura familiar. O que se deve levar em consideração é o ambiente onde se passa este processo e verificar o diferencial na forma de organização destas famílias rurais, que passam a orientar-se de maneira distinta para os mercados e estabelecem estratégias visando a sua reprodução social. (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER. 2007, p. 24).

2.1.2 Ruptura e Mudança de Paradigma

Em linhas gerais, observa-se que a agricultura tem a década de 1990 como um divisor de águas. Segundo Pelegrini e Gazolla (2008), em seu estudo para o

Médio Alto Uruguai do RS, a agricultura que predominou até meados da década de 1990 possui como características principais um elenco restrito de atividades agropecuárias, principalmente em grãos e *commodities* agrícolas. Estas atividades visavam ao mercado, mas apresentavam indicadores sócio-econômicos baixos, além de famílias rurais desestruturadas devido a vários problemas, entre os quais, a grande migração de jovens, os baixos níveis de escolaridade, o grande número de pessoas idosas fazendo parte das unidades produtivas, e problemas com a sucessão familiar. Além destes, outros problemas demonstravam a grande fragilidade econômica das famílias rurais: rendas agrícolas baixas, descapitalização crescente, atividades restritas à agricultura e um mercado restritivo para alguns produtos da agricultura familiar. Outros fatores como as estratégias de reprodução social tradicionais que não respondiam mais às demandas do grupo doméstico, intensas revoltas e protestos sociais devido às contradições do padrão de desenvolvimento produtivista instaurado, também contribuíram para agravar a situação econômica destas famílias.

Pode-se dizer então que, em meados dos anos 1990, a agricultura familiar chegou a uma “encruzilhada histórica” (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008), pois suas estratégias de reprodução social colocadas em prática, até aquele momento, em vez de fortalecerem-na, a tornaram cada vez mais vulnerável e dependente do mercado.

Esta “encruzilhada” fez com que a agricultura familiar tomasse duas linhas distintas no processo produtivo; uma parte dessa agricultura adentrou num processo cada vez mais profundo de mercantilização social e econômica, o que segundo Conterato, Gazolla e Schneider (2007) a teria fragilizado-a. A outra parte dessa agricultura familiar é aquela que está buscando novas estratégias de reprodução social, tentando superar as barreiras que o desenvolvimento produtivista produziu nestas unidades. Esta parcela está inserindo-se em atividades de maior valor agregado, com diversificação de produtos, buscando novos canais de comercialização e mercados diferentes dos tradicionais, ou seja, busca estar inserida no mercado. Sua suficiência e projeção estão baseadas na agregação de valor e na diferenciação de seus produtos, obtendo assim, diversificação de suas fontes de renda, aumento da estabilidade econômica da família e, conseqüentemente, buscando a reestruturação social da família rural. A reestruturação social está relacionada à diminuição do êxodo rural dos jovens, ao aumento da escolaridade das famílias rurais, além de uma maior integração na

sociedade ultrapassando os limites locais. Na análise desta última parcela da agricultura, observamos que são agricultores ligados à agroindustrialização familiar, que produzem e processam uma diversidade enorme de produtos, desde derivados cárneos, lácteos, frutas, hortaliças, mel, vinho, produtos de confeitaria e padaria, dentre outros.

Para Niederle (2007), o novo padrão produtivo consolidou-se através de ideais e conceitos da “revolução verde” e da ideologia de modernização, fazendo com que muitas regiões focassem em formas especializadas de produção fortemente inseridas nos mercados globais de *commodities*, ou seja, de variáveis exógenas. Quando o processo de mercantilização se dá desta maneira em que os controladores dos recursos são atores externos, e há uma crescente externalização da produção, os agricultores acabam por fragilizar-se e tornam-se, cada vez mais, dependentes destes. Consequentemente, os agricultores acabam por perder, gradativamente, o controle de suas bases de recursos para a sua reprodução econômica, social e cultural.

No âmbito da comercialização para a agricultura familiar, há o surgimento das agroindústrias familiares que estão inseridas em cadeias e complexos agroindustriais. Para Marques (1999), o complexo agroindustrial ou agronegócio é o conjunto de atividades desde o antes da porteira até o consumidor final, representando cerca de 1/3 da renda gerada no País. Ele é o responsável por colocar o que o consumidor quer no local e na forma desejados. Destaca-se que, com a implantação da agroindústria, os agricultores passam a atuar em duas importantes etapas da cadeia produtiva, os setores primário e secundário. E aqui começa a se caracterizar a ideia de mudança no papel da agricultura familiar; não mais apenas de produção de matéria-prima, mas, além disso, de industrialização da sua própria produção agropecuária. Assim, segundo Fernandes Filho e Campos (2003), tem-se o estímulo tanto de atividades não-agrícolas (processamento e industrialização), como de agrícolas.

Não obstante, Mior (2007) em seu trabalho sobre a agricultura familiar e desenvolvimento territorial, faz menção à noção de redes de desenvolvimento rural dentro do processo de reestruturação da agricultura familiar. Estas como formas de interligação e expansão da atividade, sendo dispostas em redes verticais e horizontais. As redes verticais dizem respeito à incorporação da atividade agrícola em processos produtivos diferenciados de transformação, distribuição e consumo de

alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial de desenvolvimento. Já no propósito de redes horizontais de desenvolvimento rural, insere-se a ideia de incorporação da agricultura e dos territórios rurais em outras atividades, externas à atividade agrícola, mas que estão relacionadas a ela. Estas atividades se atravessam, dentro de economias locais e regionais, inclusive com as atividades urbanas, que estão mais relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Nesta concepção de Mior (2007), há um surgimento de novas preocupações quanto ao desenvolvimento rural, o qual estaria muito mais baseado em redes de inovação e aprendizagem do que na ideia de intensa capitalização produtiva. Como o objetivo deste trabalho é apenas identificar as transformações no meio rural com respeito à agricultura familiar torna-se importante o entendimento de que estas redes de desenvolvimento são geradas pela integração de indivíduos que convivem e relacionam-se socialmente, havendo uma interligação entre os mesmos. Seria o surgimento de novas redes de desenvolvimento sobrepondo-se às estruturas sócio-econômicas pré-existentes.

Segundo Diesel et. al. (2005), há um intenso debate sobre o futuro da agricultura, de quais seriam as tendências desta para o século XXI. É nesta interlocução que surgem os propósitos sobre a agregação de valor aos produtos de origem vegetal e animal como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento rural. Além disso, a implantação das agroindústrias familiares rurais surge como um resgate dos métodos de processamento agropecuário das famílias e reverte a relação entre agricultura e indústria.

2.2 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR

Existem formas distintas de identificar e conceituar a agroindustrialização familiar. Este descompasso de conceitos está fortemente relacionado a diferentes conceitos de integração entre a atividade familiar, o processo produtivo e os integrantes do mesmo. Porém, todos eles têm implícita a característica da agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, a diversificação de fontes de

renda, a diferenciação de produtos e a inserção no mercado, seja o tradicional, sejam os alternativos e de nicho.

Para Pelegrini e Gazolla (2008), a agroindústria familiar representa uma estratégia de reprodução social dentro do grande universo empírico do que se costuma chamar, a partir dos anos de 1990, de agricultura familiar. Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários com a conseqüente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, o trabalho e a gestão desses empreendimentos são feitos, em grande parte ou em sua totalidade, pelo próprio núcleo familiar.

[...] a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo.

(MIOR, 2005, p. 191).

Outros aspectos também são considerados determinantes para a identificação da agroindústria familiar rural como, por exemplo, a localização da produção em meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em menor escala, a matéria-prima de procedência própria – em sua maioria -, ou de vizinhos, a utilização de processos artesanais próprios, bem como, uma mão-de-obra fundamentalmente familiar.

Ainda, segundo Mior (2007), a agroindústria rural evidencia trajetórias distintas das seguidas pelas agroindústrias convencionais⁴ (QUADRO 1). A começar pela produção da matéria-prima a ser utilizada na agroindústria rural, que é própria, local, natural e/ou ecológica, os insumos utilizados que são naturais e/ou químicos e os tipos de produtos e processos de fabricação que são artesanais e/ou coloniais. O (próprio) tipo de relacionamento existente entre os diversos atores inseridos na rede (cadeia) de produção também é uma relação, muito mais, de confiança e de reciprocidade. Ou seja, as relações sociais existentes neste processo são marcas

⁴ Como exemplificado no próprio trabalho de Mior (2007) sobre a região oeste catarinense.

bem acentuadas da agroindustrialização rural. A relação direta entre produtor e consumidor é a característica que a torna mais distinta da agroindustrialização convencional.

PRODUTO	SUÍNOS	LEITE	CANA-DE-AÇÚCAR
Característica	(salame)	(queijo)	(melado, açúcar)
Origem e forma predominante de obtenção da matéria-prima	Própria, quase que exclusivamente	Mista – própria e também adquirida de vizinhos	Própria, quase que exclusivamente
Nível de conversão para agroecologia ou produção orgânica	Baixo	Médio	Alto
Origem dos insumos e/ou aditivos utilizados	Industrial e colonial	Mais colonial	Somente transformação da matéria-prima
“ <i>Know how</i> ” no processo de fabricação do produto	Artesanal e industrial	Artesanal e industrial	Artesanal
Aspectos de qualidade associada	À matéria-prima e ao padrão de produção (industrial e artesanal)	À matéria-prima e às características coloniais no método de produção do queijo	Aos aspectos colonial e natural da matéria-prima e do método de produção
Especificidades com relação à agroindústria convencional	Pequena para média	Média para grande	Grande

QUADRO 1 - Características das agroindústrias familiares de suínos, leite e cana-de-açúcar no Oeste catarinense.

Fonte: MIOR, 2007.

Na concepção latino-americana do conceito, Boucher e Riveros (1995, p. 14)⁵, detalham a agroindústria familiar como sendo uma atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção das economias

⁵ BOUCHER F., RIVEROS H. (1995). La Agroindustria rural de América Latina y del Caribe, tomo 1, su entorno, marco conceptual y impacto, PRODAR - documento de trabajo. San José de Costa Rica.

camponesas, através da execução de tarefas internas dos produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como a seleção, a lavagem, a classificação, a armazenagem, a conservação, a transformação, o embalamento, o transporte e a comercialização. Buocher y Riveros (1995) apontam duas formas de surgimento das agroindústrias familiares, sendo, basicamente:

- A agroindústria rural induzida: "que surgiu de esforços promocionais de organizações, tanto governamentais como não governamentais".
- A agroindústria rural tradicional: "que surgiu de maneira espontânea como uma forma mais de sobrevivência e acumulação das economias camponesas". (BOUCHER; RIVEROS, 1995 apud FILIPPI; WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2006, p. 3).

Entretanto, afirmam Prezotto (2000) e Mior (2007), que a industrialização agropecuária realizada por agricultores familiares não é uma novidade, mas sim, faz parte da história e da cultura dos mesmos. Representada em maior grau, a agroindustrialização está voltada para o consumo da própria família, e a produção excedente para o mercado local. A constituição e a evolução das agroindústrias familiares, segundo Mior (2007), seriam dadas por um processo de construção social, no qual, a tomada de decisão dos agricultores familiares estaria rodeada e interagindo com fatores sociais, econômicos e culturais.

Schneider (2005) identifica a tendência para o surgimento das agroindústrias rurais em regiões de predominância da agricultura familiar e onde os mercados de trabalho de atividades intersetoriais exclusivamente não-agrícolas apresentam atrofiamento ou quase inexistência, como no norte do Rio Grande do Sul, no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, na região sul do Brasil. Com isto, o aparecimento das agroindústrias no meio rural, com gestão realizada pelos próprios agricultores familiares, caracteriza-se de diversas formas, dependendo tanto das condições sócio-econômicas, quanto das iniciativas dos empreendedores.

Altmann et. al. (2002) , apresentam a agroindústria rural como uma atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas pós-colheita nos produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como seleção, lavagem,

classificação, armazenamento, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Contudo, a agroindústria familiar rural, que se constitui em uma das formas de agregação de valor, de diferenciação de fontes de renda, de diversificação produtiva e inserção nos mercados, tem “[...] importante contribuição a dar para o desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada para o mercado de atividades tradicionais.” (FERNANDES FILHO; CAMPOS, 2003, p. 873-874).

A dinâmica rural, refletida pela agroindustrialização, fica comprometida em territórios onde predominam a especialização primária, além de inviabilizar a diversificação produtiva e setorial da região. Além disso, “o desenvolvimento de uma região rural há muito tempo deixou de depender do desempenho de sua agricultura” (VEIGA, 2001)⁶. Portanto, o desenvolvimento regional é dependente de seu dinamismo econômico, o que, segundo Veiga (2001), não está relacionado com regiões exclusivamente agrícolas, ao contrário, estas regiões são as que menos favorecem o dinamismo regional. Isto revela uma necessidade de integração setorial, onde tanto o setor industrial quanto o de serviços devem estar presentes neste processo.

Os ganhos da agricultura familiar são provenientes da comercialização e, especialmente, da agregação de valor aos seus produtos. A agricultura familiar e sua agregação de valor têm “[...] fomentado as bases sólidas da auto-suficiência de produtos in natura e processados, garantindo a soberania alimentar de grande parte das classes sociais, uma vez que, gera produtos mais baratos pela proximidade com os consumidores e pela diminuição de intermediários.” (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2004a).

Segundo Wesz Junior e Trentin (2005b), nos estabelecimentos onde a agregação de valor para fins mercantis acontece, a renda pode aumentar em mais de 100% se comparado com propriedades onde ainda predomina a produção de commodities. Na perspectiva da agroindustrialização relacionada com a cultura, Diesel et. al. (2005), em um estudo sobre as agroindústrias familiares de aguardente da 4ª Colônia do Rio Grande do Sul, evidenciam que a produção artesanal de alimentos processados remete à valorização do saber fazer, do conhecimento

⁶ Documento eletrônico, não paginado.

herdado das gerações passadas, carregando consigo um sentido cultural, não meramente econômico. Neste contexto, em contraponto ao mercado uniforme e homogêneo, para Froehlich e Alves (2005), a agroindústria familiar vem se sobressaindo, já que, além de considerar as centralidades dos produtores, adequando-se às demais atividades produtivas da propriedade, contrai atributos para criação de uma identidade territorial, sendo uma importante estratégia de desenvolvimento rural. Contudo, “[...] a valorização das vocações regionais, locais ou até mesmo culturais demonstra um grande potencial, claro que, dependente da maneira como for trabalhado e de como for valorizado.” (WESZ JUNIOR e TRENTIN, 2004a, p. 10).

[...] o surgimento desta miríade de formas de agroindustrialização evidenciam um tipo especial de capital social que, aliado ao capital humano (competências acumuladas), ao capital natural e, em menor grau, ao capital econômico, está respondendo à crise ambiental e sócio-econômica existente, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade de iniciativa.

Mior (2005, p. 265)

2.2.1 Limitantes

A permanência destas agroindústrias familiares em um espaço cada vez mais competitivo depende de sua capacidade de interagir com os macrocomponentes: mercado, gestão, tecnologia e infraestrutura (GARCEZ, 2005). Mas, “[...] considerando as características do setor, é difícil imaginar o desenvolvimento destas agroindústrias sem que elas dominem as diferentes fases da cadeia produtiva, além de assumirem a tarefa de projetar no mercado seus respectivos produtos.” (ORSOLIN, 2004, p.17). Sendo que, o maior e principal desafio enfrentado pelos agricultores familiares que agroindustrializam parte de sua produção é a transformação destes empreendimentos em estabelecimentos legais do ponto de vista sanitário, ambiental, tributário, trabalhista e previdenciário. Já que, a informalidade remete muitas vezes ao princípio da clandestinidade, prejudicando tanto na comercialização como na produção.

Porém, observa-se que uma das maiores dificuldades das pequenas e médias agroindústrias é, ainda, o acesso às linhas de crédito e seu enquadramento em programas de financiamentos, o que exige uma posição mais ativa dos governos e das instituições financeiras, a fim de que se viabilizem ações voltadas ao crescimento do setor e ao desenvolvimento regional.

Segundo Conterato, Gazolla e Schneider (2007), em seus estudos sobre o Alto Uruguai, RS, a agroindustrialização familiar chegou a um modelo de desenvolvimento produtivista voltado para a mercantilização e modernização da atividade. Neste aspecto, citam três limitantes do desenvolvimento agrícola para a região do Alto Uruguai, RS. O primeiro é que os agricultores que se modernizaram tecnologicamente e inseriram-se no modelo de produção de *commodities* (soja) são altamente dependentes dos monocultivos e dos preços internacionais, além de seus custos de produção serem crescentes devido à necessidade de novas tecnologias e geração/prevenção de impactos ambientais que contaminam solos pelo uso excessivo de adubos químicos, herbicidas, fungicidas, etc.

Outro limitante seria a maneira como os agricultores foram e estão sendo excluídos desse processo de desenvolvimento. A exclusão pode ter sido gerada por uma incapacidade de adaptação tecnológica, por falta de recursos financeiros para a manutenção de tal processo, por uma inadequação de aspectos legais, como aspectos sanitários, o que provoca uma limitação de inserção nos mercados legais, sem considerar os mercados chamados “ilegais”, que seriam representados pela comercialização através de vizinhos e conhecidos. Estes agricultores excluídos não conseguem manter-se atualizados tecnologicamente, são detentores de áreas pequenas de terras e solos degradados e possuem pouco capital imobilizado em máquinas e equipamentos. Além disso, são fortemente dependentes dos mercados de produtos e serviços, pois necessitam de uma certa tecnologia tanto para o cultivo da monocultura, quanto para os maquinários e equipamentos para as safras. Em sua maioria, são estes os agricultores mais vulneráveis da região, e que apresentam a condição de pobreza mais visível.

O terceiro limitante diz respeito à própria economia da região, que apresenta uma situação de estagnação em momentos de pouco dinamismo da agricultura familiar, o que a torna dependente do Estado pelos repasses de recursos de programas sociais, aposentadorias, pensões e outras políticas. Reflexo disso está na decadência em seus indicadores de desenvolvimento e em seu PIB *per capita*.

Em se tratando de desafios para a agricultura familiar e sua autonomia, observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município do Brasil. Cada região apresenta uma dificuldade mais marcante, no entanto, todas elas têm uma gama de dificultadores para a devida comercialização da agricultura familiar. No Norte apresenta-se a deficiência de comercialização devido a distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste também apresentam-se os minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste a maior dificuldade é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do Mercosul.

Portanto, assim como outras atividades econômicas, a agroindustrialização familiar e até mesmo a agricultura familiar, apresentam limitações, que podem, muitas vezes, inviabilizá-las. Porém, alguns estudiosos sobre o assunto verificaram que a agregação de valor, a diversificação produtiva e a diferenciação de fontes de renda, fazem com que a agricultura familiar tenha mais força e possa inserir-se nos mercados, sejam eles mercados legais e tradicionais, regidos por acordos contratuais, mercados alternativos, como é o exemplo de feiras livres e que podem representar um mercado local, ou ainda, um mercado considerado “ilegal”, onde a prática da comercialização se dá entre vizinhos e conhecidos.

É a partir de meados dos anos 1990 que as agroindústrias inserem-se em outro aspecto organizacional e institucional, estando estas mais sujeitas a regulação do manuseio alimentar e aumento da fiscalização sanitária, fiscal e ambiental de seus processos operacionais. Segundo Mior (2007), embora se configure como limitantes os aspectos legais aos quais estão submetidas as agroindústrias familiares, “[...] a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.” (MIOR, 2007, p. 10).

2.3 MERCADOS

A constituição de mercados é anterior ao próprio capitalismo, entretanto, até a atualidade, ainda são as estruturas sociais que mais transformam o conjunto de relações sociais e humanas. Embora sua importância seja inquestionável, o seu entendimento total é bastante limitado, tanto para as ciências sociais quanto para a economia.

Para a teoria Econômica o mercado é antes de tudo, um ponto de equilíbrio entre a oferta e procura ao qual se chega pela ação independente, soberana e atomizada de indivíduos que não guardam tipo de relação permanente uns com os outros. Em outras palavras, a Economia fala, no singular, do mercado supondo uma situação em que ele funciona sem nenhum entrave ou constrangimento, moral, religioso ou legal.

(STEINER, 2006).

Como é sabido, as contribuições clássicas de Marx, Weber e Polanyi dão aporte à idéia de que os mercados são autônomos em relação às demais estruturas sociais, e que a constituição de uma sociedade apresenta as relações sociais embutidas no sistema econômico. Posteriormente, outra concepção, com contribuições da Nova Sociologia Econômica (NSE), à qual tem sua constatação de que os mercados autorreguláveis, da concepção dos clássicos, não teriam alcançado a hegemonia nas sociedades contemporâneas, como teorizado por estes. A NSE é baseada na teoria em que economia e sociedade são mutuamente enraizadas.

As teorias sociais e econômicas procuram interagir, tanto na Sociologia Econômica, quanto na NSE. Elas diferenciam-se das demais correntes de pensamento das ciências sociais por privilegiar a dimensão histórica e os estudos empíricos e, ao mesmo tempo, fornecer argumentos críticos consistentes com a teoria clássica.

[...] a Sociologia Econômica mostra as relações sociais que estruturam a troca entre os agentes presentes nos mercados. Mercados são estruturas sociais, formas mais ou menos permanentes de interação em que os indivíduos estabilizam seus laços sociais e submetem-se, por aí, a recompensas e sanções. Além disso, os mercados são produtos históricos o que significa que nem toda economia se organiza através das relações mercantis. Do ponto de vista histórico, economia e mercados não são uma única e mesma coisa: a mentalidade mercantil ou a “propensão de barganha” não é um traço natural do homem e válido em toda época. (CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009, p. 3).

Para este trabalho, utiliza-se parte da significação atribuída por Marx ao modo de produção capitalista, de que o excedente econômico produzido por uma classe é apropriado por outra, ou seja, a geração da mais-valia dar-se-ia para o capitalista. Desta significação, o importante é o entendimento de que a geração de excedentes econômicos, assim como em todas as atividades econômicas, ocorre na agricultura familiar. Esta se realiza através de integrações sociais e este processo ocorre nos mercados. Segundo Marx, o produto de seu trabalho transforma-se em mercadoria e, assim, obtém valor de troca por intermédio de relações sociais que se encontram nos mercados. Para tanto, o mercado apresenta-se de suma importância no que tange à reprodução econômica das atividades.

A perspectiva weberiana baseia-se na ideia de mercado enquanto lugar da ação social orientada para o lucro, sendo o mercado capitalista regido pela ação racional que busca o cálculo determinado pelo capital. Segundo Weber, os mercados apresentam um caráter absolutamente impessoal, fruto da racionalização imposta pela crescente importância da esfera mercantil. Nesta perspectiva, não se encontra um significado à mercantilização. Diferentemente de Marx, para Weber as relações sociais e sua importância para a vida social não se dão, especificamente, no mercado, no caráter de mercadoria, mas sim no processo de ação dos atores sociais na busca desenfreada pelo lucro e pela riqueza.

Segundo Niederle (2007, p.31),

[...] ao mesmo tempo em que podem reconhecer os mercados como mecanismos sociais responsáveis pela transformação de valores de uso em valores de troca que estabelecem a forma social da mercadoria, é necessário aludir ao fato de que constituem

instituições sociais que refletem disputas de poder, convicções e valores. São construções sociais derivadas da ação humana [...].

Diferentemente do conceito de mercantilização, que é o resultado de relações sociais que buscam o controle de recursos e processos, que acontecem pela luta de seus distintos atores.

É deste elemento social que a Sociologia Econômica toma como base o fato de que as relações econômicas só podem ser analisadas diante de seu contexto social, respeitando as regras sociais que estão presentes nestas relações.

[...] não existe uma categoria abstrata, mágica, opressiva ou emancipadora chamada “o mercado”: o que existe são mercados, construídos com base na tentativa permanente de seus protagonistas de estabilizar suas relações uns com os outros. É exatamente pelo fato de os mercados serem tributários das relações sociais e das regulações públicas que eles não estão acima da vida da sociedade e de seus preceitos e exigências éticas. (STEINER, 2006).

2.4 NOVO RURAL

Identifica-se uma nova ruralidade no Brasil, vista agora fundamentalmente como o resultado de uma recente estratégia de produção agrícola em que *commodities* cedem lugar a produtos artesanais. Por esta via, a produção familiar encontra uma dinâmica alternativa de inserção através de mercados de nicho que desfrutam de preços-prêmios. Esta tendência se confunde com o rápido desenvolvimento do mercado de agricultura orgânica que, em médio prazo, oferece maior fôlego à medida que é definida em termos de processos genéricos com aplicação a qualquer produto. Trata-se de um mercado ainda de nicho, mas com vocação para “comoditização” (WILKINSON; MIOR, 1999).

Segundo Wilkinson e Mior (1999), as análises e estratégias dessa ruralidade têm como pano de fundo o novo ambiente competitivo responsável pela reestruturação das cadeias agroindustriais tradicionais. Um conjunto de fatores nos

anos 1990 – liberalização, desregulamentação, integração regional – estabeleceu novas condições de competitividade nestas cadeias caracterizadas por uma maior sofisticação nos padrões de demanda, pressões para a tecnificação do setor primário, combinado com a busca de economias de escala e um maior controle sobre a qualidade da matéria-prima. O perfil de investimentos recentes nos cerrados das regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste tornou estas tendências ainda mais nítidas.

Ou seja, esse novo rural, representado pelos produtores rurais e também pelas famílias rurais, bem mais ativo e com dinamismo e suficiência própria, procura inserir-se nos mercados. Esta inserção busca uma agregação de valor aos seus produtos, a diversificação dos mesmos, o acréscimo de renda das famílias agrícolas, bem como a retenção do êxodo rural e manutenção dos jovens no meio rural. A agroindustrialização familiar é um reflexo deste novo rural, sendo uma das formas de inserção das famílias e seus produtos no mercado.

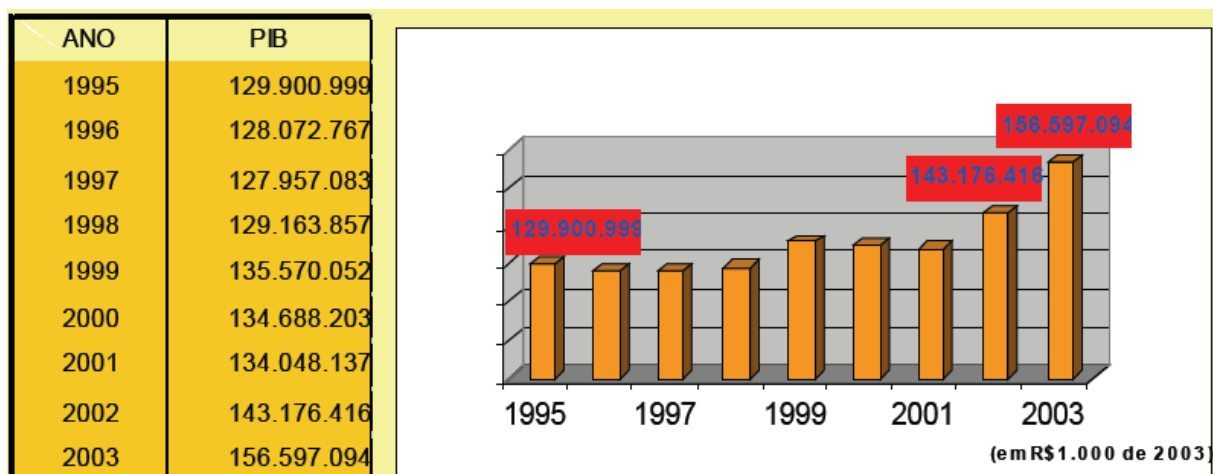
3 EVIDÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR

Este capítulo trata da descrição de experiências que, anteriormente, foram estudadas por pesquisadores acadêmicos na tentativa de uma maior compreensão sobre o tema da agroindustrialização familiar. São relatos e interpretações de casos ocorridos nos estados do RS, SC e PR. O objetivo deste capítulo é compreender o processo agroindustrializante pelo qual passaram municípios e regiões do Sul do Brasil, desde seu início até seus resultados, através de experiências empíricas já pesquisadas. Durante este processo de análise, deflagram-se as características, os problemas e as limitações, bem como, os benefícios e os resultados apresentados pelas agroindústrias familiares de cada região. Com base nestes estudos regionais, podemos extrair algumas ideias sobre o que representa e o que é praticado com a agroindustrialização familiar rural.

3.1 CONTEXTO MACROECONÔMICO

Nesta seção, apresenta-se uma série de tabelas e gráficos que abordam o agronegócio na esfera nacional. Através destes, chega-se a um melhor entendimento da relevância e importância que o agronegócio de cunho familiar tem em relação ao contexto. O trabalho da FIPE/USP (2004)⁷ tem o intuito de mostrar a importância do agronegócio familiar e apresentar as variações do PIB familiar ao longo do tempo, ou seja, subentende-se que o trabalho trata da agregação de valor propiciada pelo agronegócio às famílias (QUADRO 2).

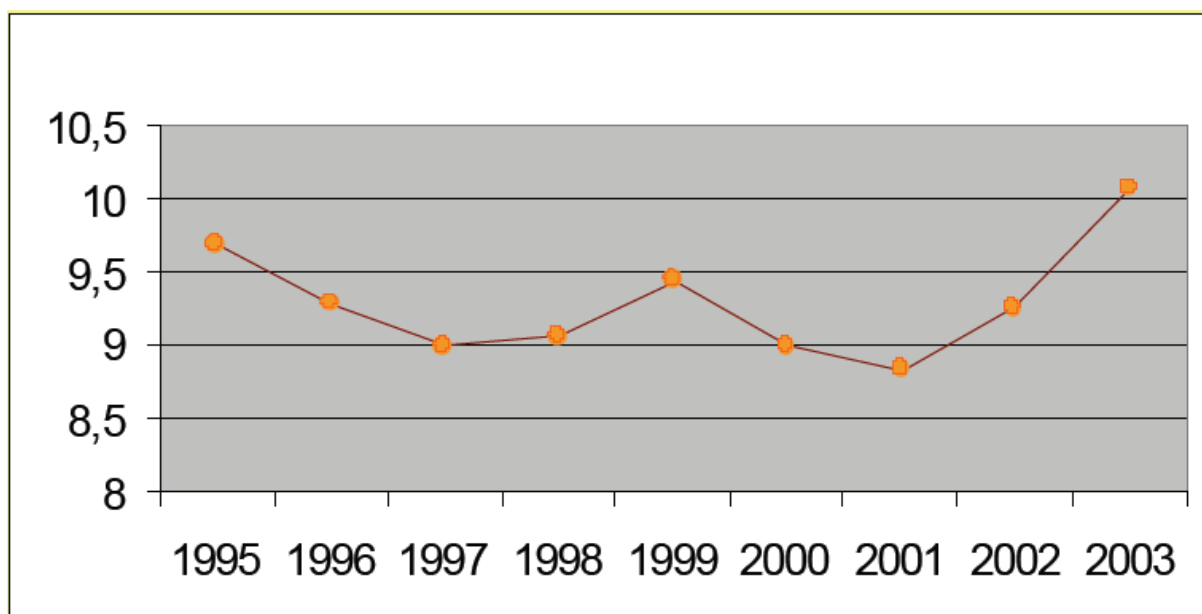
⁷ FIPE/USP. O PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar. Documento eletrônico disponível em www.mda.gov.br/arquivos/PIB_Agricultura_Familiar.pdf, 2004.



QUADRO 2 - Evolução do PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar
(1995 – 2003)

Fonte: FIPE (2004).

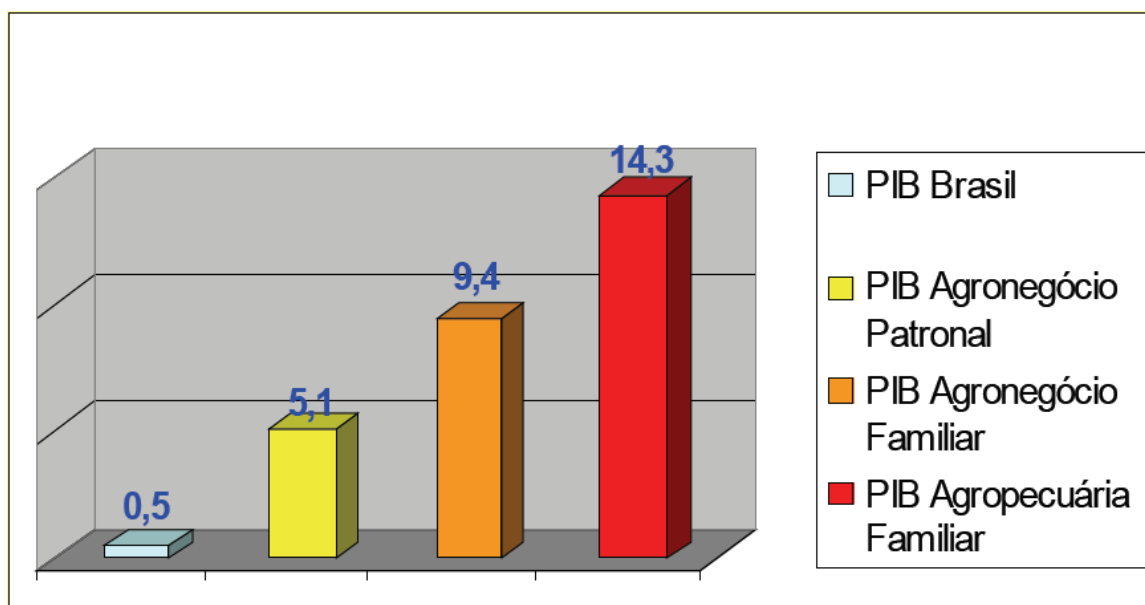
O trabalho da FIPE/USP sobre PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar (2004) também apresenta a evolução da participação do PIB das Cadeias Produtivas Familiares no contexto total do PIB nacional (QUADRO 3).



QUADRO 3 - Participação das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar no PIB do Brasil (1995-2003).

Fonte: FIPE/USP (2004).

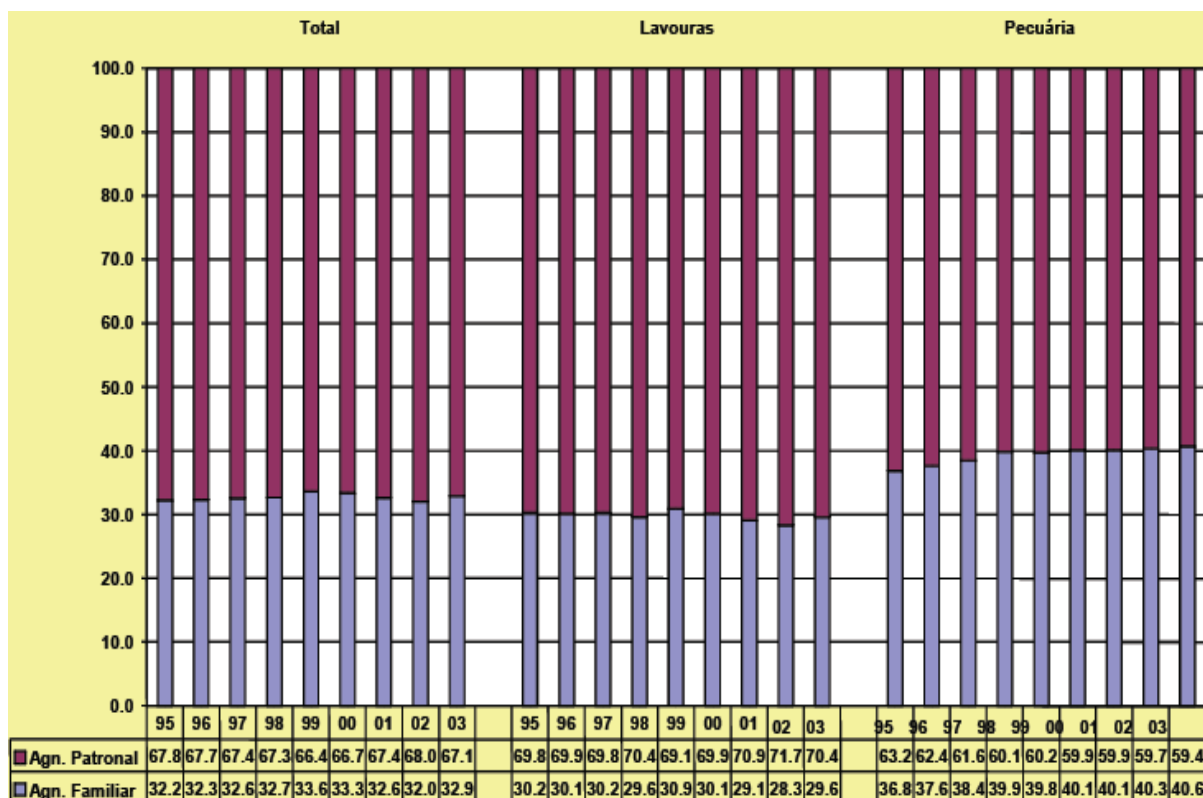
Diante do exposto, conclui-se que a atividade de cunho familiar tem, gradativamente, aumentado sua relevância no contexto macroeconômico do País. Este aumento do PIB da Agricultura Familiar vai ao encontro da agregação de valor propiciada pela agroindustrialização familiar. Se observarmos a evolução do PIB como um todo e de alguns segmentos, nota-se que o agronegócio familiar teve uma elevação percentual visivelmente maior que o PIB nacional e de agronegócios patronais (QUADRO 4).



QUADRO 4 - Evolução do PIB/Brasil (2002 – 2003).

Fonte: FIPE/USP (2004).

Por fim, o trabalho da FIPE/USP nos apresenta que, em questões econômicas de mensuração do PIB, as atividades familiares têm tido um crescimento consideravelmente maior que as atividades patronais e que o agronegócio familiar tem conquistado, cada vez mais, espaço no cenário econômico nacional. Desta forma, é possível comparar o crescimento das agroindústrias familiares com o das agroindústrias tradicionais (QUADRO 5). Embora ainda (2003) não represente a metade da participação do total do agronegócio, a atividade familiar encontra-se estável e em leve expansão.



QUADRO 5 - Participação do Agronegócio Familiar no Agronegócio Total.

Fonte: FIPE/USP (2004).

3.2 REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI, RS

Acerca da região e da agricultura familiar local, os autores Pelegrini e Gazolla (2008) dizem que esta região é tipicamente um local de colonização europeia e com uma agricultura de base familiar. A agricultura familiar foi desenvolvida em etapas, sendo a primeira de colonização, abertura e conquista das matas, já iniciando as primeiras atividades agropecuárias visando ao sustento da família. Posteriormente, aproximadamente de 1935 a 1960, inicia-se um processo de mercantilização, havendo um aumento de integração das famílias aos mercados. Na última etapa, que compreende o período de 1960 até início da década de 1990, acentua-se a mercantilização da agricultura familiar e, como relatado pelos autores, intensifica-se o empobrecimento econômico e social das famílias rurais.

Esta intensa mercantilização teria levado a uma crescente fragilização da agricultura familiar, devido à dependência crescente de tecnologias e insumos

externos à propriedade acarretando ao agricultor a perda de autonomia e situação de vulnerabilidade às oscilações externas.

Embora o surgimento da agroindustrialização familiar na região do Alto Uruguai do RS tenha surgido com o processo de colonização européia (início do século XX) e o saber-fazer (know-how) dos colonos para o preparo e processamento de alimentos, é a partir de 1990 que se deflagra o início do surgimento das agroindústrias familiares na região, pois é neste período que se identifica o começo de uma certa diversificação econômica e produtiva das famílias rurais. Em meados dos anos 1990, a agricultura familiar encontrou-se, no que os autores chamaram de “encruzilhada histórica” (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008 p. 13). Esta teve adeptos em ambas as linhas: os adeptos à mercantilização mais profunda (geralmente, produtores de grãos) e os integrados com cadeias de produção (aves, suínos, etc.); e aos adeptos de uma produção alternativa ao mercado convencional, que buscam a integração e reprodução social.

Diante do exposto contexto empírico chegou-se ao ponto que nos interessa neste trabalho, que é, justamente, entender o que acontece com esta segunda parcela da agricultura familiar que se utiliza de distintas estratégias de reprodução, como a reprodução coletiva e a formação de redes rurais (associações e cooperativas), que busca mercados diferentes dos tradicionais e que procura a preservação da sucessão familiar (diminuição do êxodo rural dos jovens). Deste segundo grupo, boa parte é formada por agroindústrias familiares, pois fica evidente a busca da diferenciação produtiva, da diversificação de produtos e da agregação de valor aos mesmos.

Os autores ressaltam as atuais dificuldades impostas à agroindustrialização familiar lembrando, primeiramente, da existência de muitas agroindústrias que atuam de forma ilegal, ou seja, agroindústrias informais que atuam no processamento e comercialização de produtos alimentares e que não se enquadram ou não possuem registro dos respectivos órgãos fiscalizadores. Familiar que se utiliza de distintas estratégias de reprodução, como a reprodução coletiva e a formação de redes rurais (associações e cooperativas), que busca mercados diferentes dos tradicionais e que procura a preservação da sucessão familiar (diminuição do êxodo rural dos jovens).

Outro problema enfrentado pelas agroindústrias da região diz respeito à escassez de matérias-primas para a elaboração de seus produtos. Esta escassez é decorrente da diminuta mão-de-obra oferecida pelo grupo familiar que trabalha no

empreendimento. Geralmente, as famílias têm um número pequeno de pessoas e, com frequência falta força de trabalho para a execução de tarefas ao longo do processo, que vai desde a produção de matérias-primas até o efetivo beneficiamento do produto. Isto acontece mesmo que haja a contratação de alguns empregados externos, pois as agroindústrias familiares, em sua maioria, não possuem capacidade econômico-financeira para contratações com frequência ou de médio e longo prazo. Esta escassez de mão-de-obra está bastante relacionada a um movimento de migração dos jovens (êxodo rural) que vem acontecendo desde os anos 1970.

Esta falta de matéria-prima própria das famílias, em alguns casos, também está relacionada com a sazonalidade produtiva e as condições climáticas para que se possibilite a produção das mesmas. A indisponibilidade de matéria-prima faz com que, muitas vezes, os produtores familiares recorram a sua compra em diferentes fontes externas, onde a aquisição acontece em grande parte através de mercados locais e regionais (TABELA 1). Deixando assim, de caracterizar a produção interna, puramente colonial, uma vez que parte da produção teria sido externalizada⁸, como afirmam os autores: “A aquisição da matéria-prima de fora das unidades agroindustriais caracteriza-se como uma externalização do processo de produção”. (PLOEG, 2006 apud PELEGRINI; GAZOLLA, 2008)⁹. Além de aumentar os custos de produção, este processo torna as agroindústrias familiares cada vez mais dependentes de fatores externos

TABELA 1 - Procedência da matéria-prima adquirida de fora da propriedade

Procedência da matéria-prima adquirida	Nº agroindústrias	de Percentual (%)
De vizinhos	22	37,9
Do mercado local e regional	21	36,2
De familiares	10	17,2
De parceiros	5	8,6
Total	58	100

Fonte: PELEGRINI; GAZOLLA, 2008. p. 107.

⁸ O grau de externalização do processo produtivo é o indicador, neste estudo, para mensurar o grau de mercantilização das agroindústrias. Tendo a seguinte relação: uma maior externalização para a compra de insumos é diretamente proporcional a um maior nível de mercantilização da unidade produtiva, tanto na questão econômica, quanto na social, ou seja, a unidade é mais dependente em relação ao setor externo.

⁹ PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 258-277.

Para entender a importância que a externalização tem nos processos agroindustriais, este estudo concluiu que um número pouco expressivo de empreendimentos familiares, 4,7% de sua totalidade, teria informado que produzem todos os insumos utilizados na produção (TABELA 2). Para os pesquisadores, esta situação é mais comum em agroindústrias do ramo de produção vegetal, pois estas apresentam processos e insumos mais artesanais.

TABELA 2 - Procedência dos insumos utilizados nas unidades agroindustriais

Procedência dos insumos	Número de Agroindústrias	Percentual (%)
São comprados em parte de fora e em partes utilizados os insumos próprios	60	56,6
São comprados todos de fora da unidade de produção (externalizados)	38	35,8
São produzidos todos na unidade de produção da família	5	4,7
Os insumos são conseguidos com vizinhos e famílias próximas da agroindústria	2	1,9
São conseguidos com a associação ou cooperativa que a agroindústria participa	1	0,9
Total	106	100

Fonte: PELEGRINI; GAZOLLA, 2008. p. 110.

TABELA 3 - Principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias na esfera da produção

Dificuldades	Nº de agroindústrias	%
Custo elevado de produção	30	28,00
Estrutura da agroindústria inadequada	23	21,70
Falta de força de trabalho na família	19	17,90
Produção de matéria-prima insuficiente	15	14,20
Falta de tecnologia adequada	7	6,60
Problemas na etapa de processamento	6	5,70
Falta de acompanhamento especializado	6	5,70
Pouca qualidade dos produtos elaborados	0	0,00
Total	106	100,00

Fonte: PELEGRINI; GAZOLLA, 2008. p. 113.

Segundo os autores, o principal problema enfrentado pelas agroindústrias da região é o elevado custo produtivo, indicado por 28% dos empreendimentos (TABELA 3 e GRÁFICO 1). O aumento de custos é derivado, principalmente, da

utilização de insumos externos e da compra de matérias-primas nos mercados locais e regionais, como pode ser observado na TABELA 1.

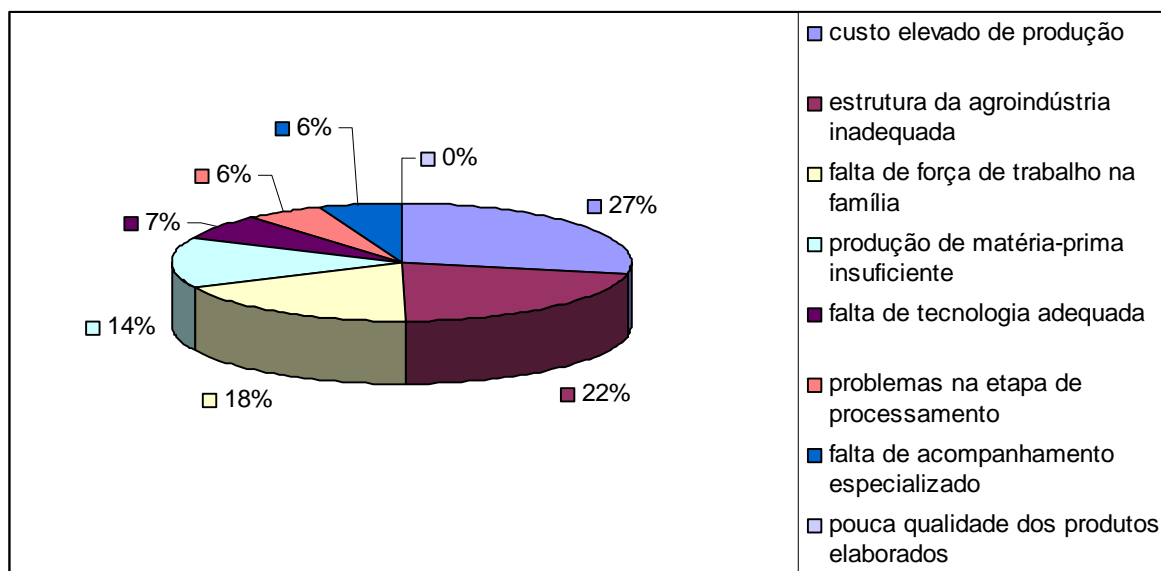


GRÁFICO 1 - Principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias na esfera da produção.

Fonte: PELEGRINI; GAZOLLA, 2008. p. 114.

Na análise da viabilidade econômica para as agroindústrias, observa-se que a maioria das unidades familiares pesquisadas no referido estudo possuem uma renda bruta anual superior a de outras atividades agropecuárias.

Do lado econômico e produtivo esta atividade é sinônimo de geração de divisas, de rendas e de emprego para o território e os agricultores que a praticam [...] esta atividade possui um enorme potencial de geração de renda junto às famílias, várias vezes maior que as demais atividades agropecuárias, por exemplo, se comparada à agricultura produtora de grãos e cereais. (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008. p. 178).

Observa-se, também, a diversificação produtiva e a capacidade de inovação da atividade, onde a pesquisa mostra que as agroindústrias oferecem aos consumidores da região 75 produtos diferentes, tanto *in natura* como processados. Além da inovação produtiva, acrescentam-se as novidades organizacionais oferecidas por este processo de agroindustrialização familiar, como é o caso de

organização de associações, cooperativas, grupos de produção, formação de redes de comercialização, entre outras. Outro ponto abordado com ênfase pelos autores é a grande capacidade destas agroindústrias familiares para a geração de produtos com sabores, aromas, gostos distintos e produtos diferenciados dos demais. A atividade também diferencia seus produtos através de formas de cultivo, como os produtos orgânicos ou ecológicos¹⁰, que visam a manutenção da naturalidade dos alimentos e a preocupação com a saúde dos consumidores.

Com relação às formas de comercialização utilizadas pelas agroindústrias, quase metade dos empreendimentos pesquisados fazem uso de canais de comercialização curtos, ou seja, fazem a venda de seus produtos diretamente aos consumidores. Através dessa maneira de comercialização, os agricultores conseguem colocar seus produtos no mercado de forma mais rápida e diminuindo os preços para os consumidores finais, uma vez que não há intermediários no processo de venda. Porém, esta forma de comercialização torna-se negativa na medida em que a maior parte das agroindústrias que dela se utiliza é integrante da parcela que não está adequada à legislação e faz parte das agroindústrias consideradas informais.

O que auxilia a comercialização dos produtos das agroindústrias familiares é a lógica familiar implícita nestes desde a sua produção, ou seja, os produtos são, geralmente, comercializados pelos próprios integrantes da família que processaram e produziram os alimentos, dando assim, maior “credibilidade” ao produto colonial e artesanal perante os consumidores.

Contudo, o processo de comercialização na região enfrenta problemas: os autores identificaram, primeiramente, que os produtos não conseguem transcender a fronteira de comercialização do próprio município, ou seja, a comercialização dos produtos encerra-se dentro do próprio município de origem. Isto devido à inadequação da legislação sanitária dos empreendimentos e produtos. Além disso, o fator geográfico afeta negativamente a região, dado que o Médio Alto Uruguai não está situado próximo a nenhum grande centro urbano, afetando assim, o seu potencial perante o mercado consumidor.

¹⁰ São considerados idênticos produtos orgânicos, ecológicos e agroecológicos. Todos eles caracterizam-se pela não utilização de pesticidas ou insumos químicos em sua produção.

3.3 REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

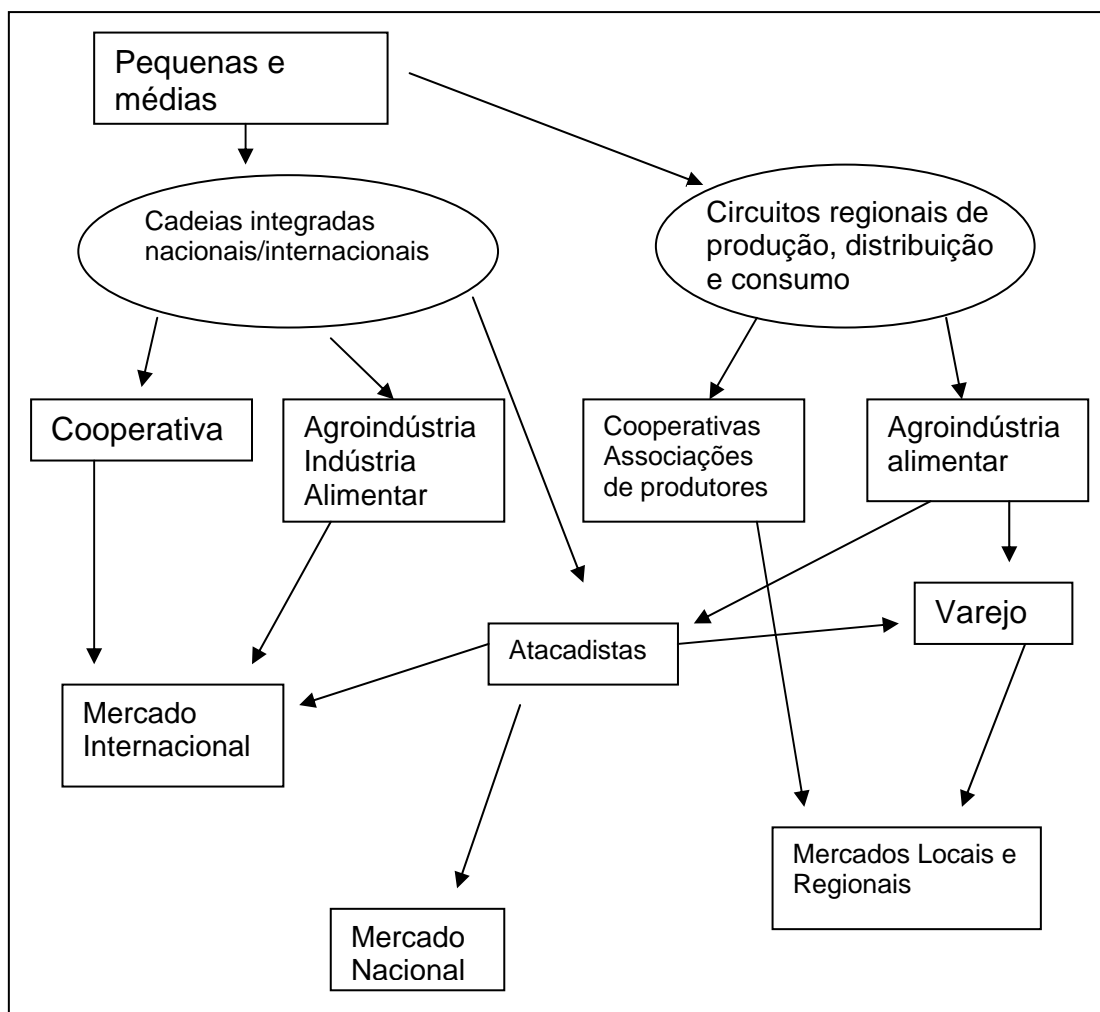
Neste estudo, Benedet Filho (2004) faz um paralelo entre a globalização da economia e as estratégias utilizadas pela agricultura familiar para sua sustentabilidade e suficiência econômica e social diante de tal situação. Para o autor, a agricultura familiar, tanto na questão econômica, como na social, fica ameaçada pela desarmonia comunitária trazida pela globalização, ou seja, embora este fenômeno traga aumento de oportunidades de mercado, acaba por trazer uma nova estrutura organizacional dependente do funcionamento de grandes grupos econômicos mundiais. A base de análise deste estudo é a agricultura familiar da região sul do Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina tem apenas 1,13% do território brasileiro e mesmo assim, o agronegócio do Estado tem um papel representativo no contexto nacional, isto devido à diversificação e qualidade de seus produtos. Segundo Benedet Filho, Santa Catarina ocupa o quinto lugar entre os Estados exportadores, sendo que o agronegócio representa 50% do montante exportado, destacando-se os segmentos de madeira, papel e papelão, carne suína e aves, soja e derivados, fumo e frutas. Já a região sul do Estado representa 10% de sua área total e seu setor agropecuário é formado por 30 mil propriedades rurais com área média de 20 a 50 hectares que são ocupadas por famílias de etnia européia que desenvolvem atividades contando, em sua maioria, com a mão-de-obra dos integrantes da própria família.

O foco deste trabalho sobre a região Sul do Estado de Santa Catarina é o desenvolvimento da agricultura familiar e sua autonomia, sendo assim, segundo o autor Benedet Filho esta suficiência/sustentabilidade só seria possível através de um incremento na sua renda líquida, obtido através da comercialização sustentável de seus produtos. “A dimensão econômica da sustentabilidade da agricultura familiar implica o crescimento continuado de renda, do PIB e da produção e produtividade e aumento do mercado interno.” (BENEDET FILHO, 2004. p. 28).

Na região foi detectado que, dentre as formas de comercialização, muitas vezes os produtores ficam entre duas situações bem definidas: de um lado estão os agricultores exploradores de *commodities* que não têm poder de barganha para definir preços e, portanto, são tomadores de preços; de outro lado estão os grandes

grupos econômicos que fazem os seus preços, têm o poder de decisão e posse de informações. O QUADRO 6 apresenta diversas possibilidades de mercados para a produção agrícola familiar, desde mercados regionais e nacionais até possibilidades internacionais.



QUADRO 6 - Fluxograma Mercados das Pequenas e Médias Propriedades Rurais.

Fonte: BENEDET FILHO, 2004. p. 33 .

A comercialização de *commodities* acaba sendo uma alternativa viável para o pequeno produtor, pois é uma venda garantida para as cadeias agroindustriais, como é o caso do milho que é vendido na própria região como ração para as cadeias de aves e suínos. Embora seja uma oportunidade para a comercialização, a especialização em *commodities* não é a alternativa economicamente mais viável,

pois não apresenta o maior retorno líquido por hectare se comparado com outras atividades. Outro problema é o envolvimento de “atravessadores”, que são terceiros responsáveis pelo intermédio entre agricultores e consumidores, o que acaba por diluir a margem de lucro dos agricultores.

Chega-se à conclusão de que a

[...] agroindustrialização parece ser uma das grandes alternativas para a agricultura familiar, agregando valor dentro de um processo de descentralização industrial, dando mais estabilidade econômica e social no meio rural. (BENEDET FILHO, 2004. p. 138).

O autor faz citações com referências a um problema enfrentado pela agricultura familiar e que a agroindustrialização com sua agregação de valor, incremento de renda familiar e diversificação de fontes de renda estaria coibindo, que é a questão do êxodo rural dos mais jovens e, conseqüentemente, o envelhecimento rural, a diminuição de dinamismo e os problemas com a sucessão familiar. A pesquisa identificou a participação de pessoas relativamente jovens à frente de empreendimentos rurais, o que pode ser um indício de reversão ao abandono por parte dos jovens do meio rural.

Na região sul de Santa Catarina, já se identifica a existência de uma diversificada gama de produtos trabalhados pelas agroindústrias familiares, também existem por parte de associações ou redes, outras unidades de processamento individuais e coletivas.

Portanto, a agroindustrialização familiar apresenta-se como uma estratégia para a sustentabilidade e suficiência da agricultura familiar perante a globalização de mercados, uma vez que esta aumentou o caráter competitivo, as exigências de inovação e manutenção da qualidade dos produtos, além de ocasionar uma alteração nos processos produtivos que passaram a ser mais tecnificados e que buscam mais por economias de escala. Embora a agricultura familiar da região já esteja apresentando modificações e adequações à nova realidade globalizada para alcançar um desenvolvimento sustentável, os produtores familiares terão algumas

dificuldades a serem enfrentadas, como é o caso da descapitalização da atividade¹¹, a escassez de crédito rural e as dificuldades técnicas e administrativas para a gestão do empreendimento. O autor cita, ainda, as dificuldades enfrentadas pelas famílias no âmbito organizacional, ou seja, faz-se necessário que as famílias trabalhem, cada vez mais, de uma forma conjunta, associativa e que estejam constantemente buscando informações de mercado para poder aumentar sua capacidade de decisão nos mercados em que atuam.

Assim como apresentado em outros casos, a informalidade das agroindústrias está presente na região. Mas, neste caso, o autor identifica que é crescente o processo de legalização das agroindústrias, uma vez que dentre os empreendimentos pesquisados, dezesseis atuam de forma informal mas doze agroindústrias já possuem registro. O autor conclui que “Isso significa um índice alto de empresas já formais tanto no aspecto tributário, ambiental, fiscal e sanitário. O processo de formalidade esbarra na burocracia e nos impostos.” (BENEDET FILHO, 2004. p. 140).

Na questão econômica, a pesquisa revela que, em sua grande maioria, as agroindústrias são estáveis ou encontram-se em processo de expansão, chegando a representar 92,5% de sua totalidade, enquanto apenas 7,5% apresentam-se em processo de declínio econômico. Tanto para as agroindústrias estáveis como as em expansão, apresentam características bem similares, como a adequada estrutura organizacional e a boa apresentação de seus produtos e, impreterivelmente, a adequação legal, ou seja, a maior diferença entre elas estaria no volume de investimentos.

A pesquisa apresenta como fortes dificuldades ao desenvolvimento sustentável das agroindústrias familiares, o individualismo apresentado na região, onde 43% das agroindústrias são individuais, além das dificuldades administrativas e contábeis apresentadas. Com relação a estas dificuldades administrativas e contábeis, as instituições apresentam-se de forma decisiva para a questão, como é o caso da EMATER, da própria prefeitura e, ainda, outras entidades que proporcionam aprendizagem às famílias através de cursos profissionalizantes. Tanto

¹¹ A descapitalização da agricultura familiar está presente na falta de aumento da produtividade da agricultura convencional, manual, sem a agregação tecnológica, assim como, na diminuição do lucro líquido da produção.

é importante como efetiva a participação institucional que a pesquisa apresenta que 89% dos dirigentes das agroindústrias familiares já teriam participado dos cursos.

3.4 MUNICÍPIO DE PALOTINA, PR

Este estudo, feito por Carvalheiro e Waquil (2009), faz uma abordagem teórica da Sociologia Econômica para tentar explicar como acontece o processo de comercialização dos produtores rurais de Palotina/PR. Por esta teoria, os mercados são derivados de “construções sociais”, ou seja, os mercados resultam de determinadas interações sociais, da capacidade dos indivíduos, do papel das instituições e organizações, visando ao incentivo e à valorização de um processo de capacitação local. As características de cooperação e engajamento social estão bem presentes no município de Palotina/PR.

A relação mercantil gera um laço social mesmo sem implicar relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único ato da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais.

(CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009, p. 1).

A agroindústria familiar, neste contexto, está presente como uma forma de inserção no mercado, ou seja, como nem todos os produtores da agricultura familiar conseguem ter o estímulo e aporte das políticas públicas voltadas ao incentivo à agricultura, a agroindústria passa a ser considerada como uma alternativa de viabilidade produtiva aos produtores familiares rurais e apresenta-se como uma possibilidade de comercialização através da inserção no mercado. Mercado este, que fora desenvolvido e construído pelos próprios produtores familiares rurais.

É importante ressaltar que, neste estudo, os autores utilizam-se do conceito de mercado teorizado pela Sociologia Econômica, que se dá através de uma construção social, ou seja, as relações econômicas são inseparáveis das relações sociais. Mercado não é caracterizado como uma entidade : com leis estabelecidas e

que se sobreponha perante outras condições, mas caracteriza-se por ser uma estrutura social e dependente da capacidade organizativa da sociedade.

Diante desta conceituação de mercado, os autores chegam à conclusão de que os produtores do município de Palotina organizam-se para tornar possível a comercialização de seus produtos, além de interagir e possibilitar trocas de experiências e informações.

As agroindústrias familiares são responsáveis pela transformação do produto bruto que, inicialmente, seria voltado para a subsistência da própria família, agregando assim, um valor de uso. Com a agroindustrialização e consequente transformação do mesmo, passa a obter outros atributos, como mudanças na aparência, na condição perecível, no sabor e aroma, etc., o que o torna um produto comercial e com valor de troca.

[...] a agroindústria familiar será identificada nesta análise como um empreendimento familiar de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários ou transformação de matérias-primas gerando novos produtos que mantenha a condição artesanal. Além de serem definidos como empreendimentos em que a gestão e tomada de decisão é desenvolvida pelas próprias famílias; em que a mão-de-obra familiar é a base nos dois setores da cadeia produtiva, tanto primário quanto secundário, independente de contar com mão-de-obra contratada de forma temporária, e até permanente; e cujo objetivo é a agregação de valor e aumento de renda.

(CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009, p. 2).

Neste caso, os produtos das agroindústrias familiares não possuem produção em grande escala, devido à sua forma artesanal de manuseio, causando assim, dificuldades para a comercialização nos mercados convencionais. Devido a estas dificuldades de comercialização, muitos produtores familiares rurais vêm a possibilidade de comercializar seus produtos nos mercados locais, em sua maioria, caracterizados como mercados informais, como feiras-livres, o que diminui suas dificuldades institucionais e de distribuição.

O principal entrave identificado pela pesquisa à implantação das pequenas agroindústrias familiares rurais é a questão da legislação sanitária. Esta exige elevado investimento, tanto para obter grandes instalações quanto para máquinas e

equipamentos, conseqüentemente, acaba gerando cada vez mais informalidade dos produtores na comercialização de seus produtos.

Os produtores familiares rurais têm duas possíveis trajetórias de comercialização, são os chamados “canais de comercialização”, podendo ser através de cadeias longas, que é o caso de produtores que passam a fazer parte da cadeia produtiva, ou seja, enquadram-se como os fornecedores de matérias-primas ou, quando há a participação de atravessadores para a comercialização, são os fornecedores de produtos processados. Também existem as cadeias curtas, nestas há a relação direta entre produtor e consumidor. A cadeia curta é predominante na comercialização de Palotina, onde os produtores eliminam a participação dos atravessadores entregando seus produtos a varejistas do comércio local para ir diretamente ao consumidor final e assim encurtar o processo de comercialização (FIGURA 1).

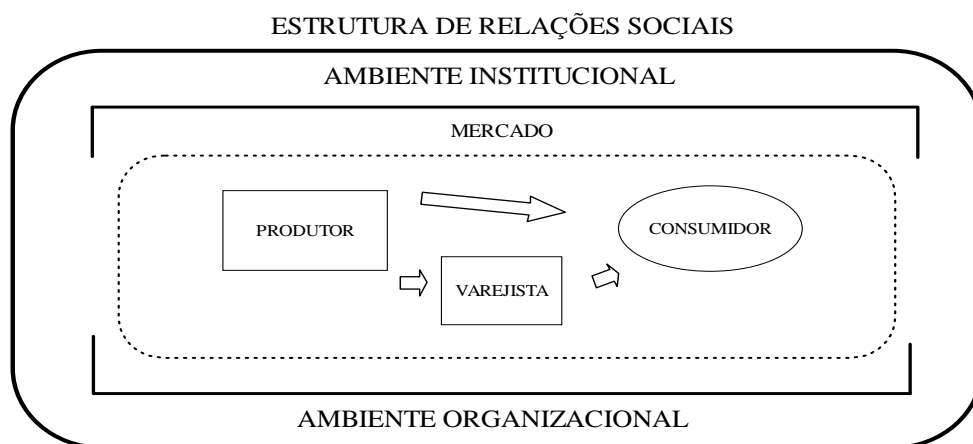


FIGURA 1 – Canais de Comercialização (CADEIA CURTA).
Fonte: CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009.

Usualmente entende-se que na cadeia curta é feita a comercialização de produtos sem certificação, mas esta não é uma verdade para o município de Palotina, onde grande parte dos produtos é comercializada por meio da cadeia curta e todos os produtores possuem registro de inspeção sanitária (SIM). No entanto, estes ainda enfrentam problemas para colocar seus produtos no mercado.

O processo de comercialização se torna complexo para as agroindústrias familiares devido a sua inexperiência na negociação perante um mercado consumidor exigente, tanto em qualidade quanto em preços. Os produtores e suas agroindústrias ainda são iniciantes no processo de fixação de preços, de formação de marcas e criação de embalagens, além da inexperiência quanto a procedimentos legais de certificação que possibilitariam a comercialização fora do município.

O trabalho utilizou-se dos seguintes critérios para a determinação das Agroindústrias Familiares Rurais: são identificadas como um empreendimento familiar de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários ou matérias-primas, gerando novos produtos que mantenham o caráter artesanal; as agroindústrias têm o objetivo de agregar valor e aumentar a renda familiar, contanto que o núcleo familiar seja organizado e não objetive salário ou o lucro explícito, sendo a renda conjunta destinada à reprodução social; a unidade familiar é um espaço de produção e de consumo; a família possui o controle dos meios de produção e é o maior participante da mão-de-obra produtiva; a agroindústria se localiza no meio rural e a exploração da terra é executada por seu proprietário e sua família, sem impedir que o trabalho de terceiros possa ser alugado para ajudar nas tarefas da unidade produtiva; é a família que determina o modo operacional da agroindústria, bem como, a forma de inserção desta no mercado.

Seguindo estes critérios, a pesquisa concluiu que os principais ramos de atuação das agroindústrias familiares rurais no município são: cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura); carnes e embutidos (suínos, frangos e peixes); leite (queijo e doce de leite); frutas e hortaliças (doces, geléias e conservas); e, massa e panificação (macarrão, biscoitos e bolachas).

Ao longo do estudo, foram evidenciadas características particulares das agroindústrias familiares rurais que as diferenciam do processo percorrido pela grande agroindústria convencional. As particularidades começam com a forma de produção da matéria-prima a ser processada (matéria-prima própria, local, natural e/ou ecológica), também os insumos utilizados diferenciam-se (naturais e/ou químicos), o processo de fabricação e os produtos (colonial e/ou artesanal), além do tipo de relacionamento presente ao longo do processo, que vai desde a produção até a relação de venda (relações de reciprocidade e confiança).

Os produtos das agroindústrias rurais também são diferenciados por possuírem diversas características que lhes são agregadas durante o processo de

produção dos alimentos, como características ecológicas, nutricionais, culturais, sociais, artesanais, entre outras. O que permite que haja a diferenciação de produtos, conferindo-lhes características e sabores peculiares.

A transformação de produtos típica das agroindústrias familiares segue duas fontes, uma delas é o saber-fazer que veio através das gerações, o conhecimento tendo sido transmitido pelos imigrantes europeus (italianos e alemães). A outra fonte de aprendizado para a transformação dos alimentos teria sido obtida entre os próprios produtores, com o passar do tempo. A constante busca por aprendizado e novas metodologias se justifica pela intenção de diversificação de renda para o sustento da própria família.

O município de Palotina foi constituído por famílias migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A quase totalidade destas famílias era descendente de colonizadores europeus (italianos e alemães) que vieram para o Brasil. Destas migrações, o município acaba por beneficiar-se com o saber-fazer trazido pelos colonos e continuamente repassado às novas gerações para o processamento de alimentos, além do conhecimento e habilidade para fabricar outros equipamentos e instrumentos de utilização das famílias para seus trabalhos. Com isso, os produtores familiares passam a ser os atores de seu próprio sustento.

Estes atores buscam interagir e relacionar-se com a comunidade, ou seja, buscam a cooperação e construções de redes de relacionamento através da ligação com as entidades públicas e a iniciativa privada. Sendo assim, identifica-se, em Palotina, a parceria entre a Prefeitura Municipal, a EMATER e a vigilância sanitária para o apoio técnico, legal e institucional aos produtores rurais.

Uma característica bem presente na relação de produtores é a confiança entre os mesmos, isso porque, muitas vezes, os produtores da agroindústria que processa os alimentos não têm a matéria-prima, precisando comprá-la de outros produtores. Este laço de confiança também está presente na relação produtor-consumidor, o que facilita a interação e o estabelecimento de acordos entre ambos, até porque, os produtores confiam em seus produtos e acabam transferindo esta confiança aos seus consumidores.

No que tange à comercialização das agroindústrias familiares rurais, a pesquisa dos autores identificou que a grande maioria destes comercializa em mercados informais (vendas em domicílio, feiras e comércio dentro da propriedade). Os que comercializam no mercado formal costumam fornecer a pequenos e médios

estabelecimentos comerciais, além de um caso específico de produção de suco de uva que é fornecido para a merenda escolar (GRÁFICO 2).

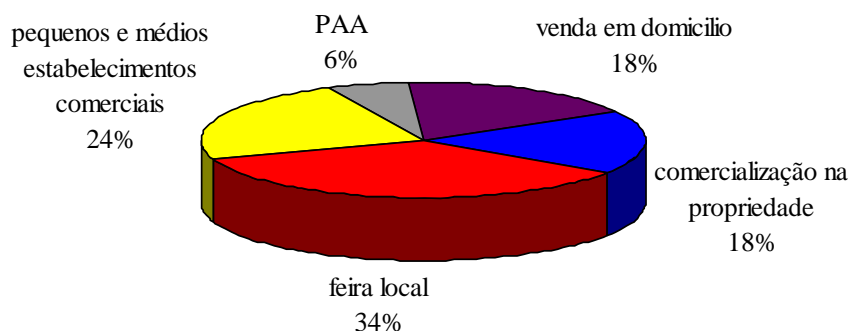


GRÁFICO 2 - Destino da comercialização de produtos das agroindústrias familiares rurais.

Fonte: CARVALHEIRO; WAQUIL, 2009.

Portanto, este é mais um estudo sobre uma experiência de agroindustrialização familiar exitosa, permite que seus produtores gozem de uma suficiência econômica própria e possibilita a sua reprodução social.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a característica mais marcante, presente nos três estudos de caso, é a interação social, também entendida como associativismo, cooperativismo ou formação de redes entre os produtores familiares rurais. Uma das formas de interação social entre os agricultores familiares que se mescla com a realidade econômica e que permite a inserção no mercado, a agregação de valor e a diferenciação dos produtos, a diversificação de fontes de renda e a diminuição de êxodo rural é a agroindustrialização familiar, pela qual estes produtores familiares rurais conseguem uma maior solidez e fortificam sua atividade e fonte de renda.

Embora não haja uma relação de causa e consequência, a agroindustrialização está diretamente relacionada com a diferenciação produtiva e diversificação de renda. Sendo assim, o produto derivado do processamento de alimentos das agroindústrias familiares rurais torna-se um produto diferenciado, com características distintas de sabor, aroma, imagem.

Nos três estudos de caso a questão financeira e econômica está presente e relacionada com a questão social, seja ela de forma explícita ou não. Os estudos falam diretamente em “viabilização” para a agricultura familiar, ou seja, a agroindustrialização é um meio encontrado pelos agricultores familiares para poder sustentar a sua atividade no meio rural, para dar um diferencial, agregar valor e poder comercializar seus produtos e, com isso, manter e diversificar sua fonte de renda.

A informalidade na comercialização é uma característica presente nos estudos de caso, embora seja vista de diferentes formas. No caso da região do Alto Uruguai/RS, a informalidade das agroindústrias familiares rurais é vista como um limitante à expansão e crescimento da atividade. Para o caso do sul de Santa Catarina, o autor reconhece o problema, mas logo identifica um forte “processo de formalização” das agroindústrias da região, ou seja, a informalidade não está afetando a atividade. No caso de Palotina/PR, embora todas as agroindústrias tenham registro sanitário, as mesmas ainda encontram problemas para comercializar formalmente no mercado, portanto, os canais informais (comercialização por meio de feiras, vizinhos, na propriedade) são entendidos como uma possível alternativa para os produtores rurais poderem vender seus produtos.

Vale ressaltar que, embora as três experiências de agroindustrialização citadas ressaltem o caráter benéfico, de viabilidade econômica das agroindústrias para os produtores familiares rurais, as limitações à atividade também se fazem presentes. Essas limitações são apresentadas através das dificuldades que os produtores têm em adequar-se às questões legais para o exercício da atividade, na incapacidade financeira e falta de crédito para os investimentos iniciais, e - como já citado no caso de SC - nas dificuldades de gestão e contabilidade para administração dos empreendimentos e fixação de preços dos produtos. Outra característica bem importante ao processo de agroindustrialização é o papel desempenhado pelas instituições para o incentivo à atividade, e este é o tema do próximo capítulo deste trabalho.

4 PAPEL INSTITUCIONAL

Neste capítulo faz-se uma breve análise sobre algumas políticas públicas voltadas à agricultura e agroindústria familiar, bem como, sobre o papel das Instituições e suas medidas voltadas para a atividade, o desenvolvimento e a autonomia da agricultura familiar.

4.1 GOVERNO FEDERAL E INSTITUIÇÃO DO PRONAF

Devido às limitações enfrentadas pela agroindústria familiar, o que também representa as debilidades da agricultura familiar sem poder de barganha, os produtores rurais familiares encontram-se, muitas vezes, enfraquecidos por sua condição de “meros receptores”, ou seja, muitos produtores rurais encontram-se na condição passiva de elementos essenciais para o seu sustento. É o caso de programas e políticas institucionais (públicas e privadas) voltadas para a atuação da agricultura familiar, aos quais muitos dos produtores rurais familiares não têm acesso ou onde sua atuação é limitada. A afirmação e o fortalecimento da agricultura familiar não dependem somente da ação e efetividade política da nação, estado ou município, mas, também, de mudanças que venham a reduzir a sua dependência e vulnerabilidade, sendo as políticas públicas, programas educacionais, incentivos técnicos e financeiros, fundamentalmente, importantes para tais propósitos.

A complexidade da economia na era da globalização dos mercados e o dinamismo do progresso tecnológico exigem que os agricultores organizem seus negócios em redes de cooperação tecnológica, buscando uma síntese entre competição e cooperação. Os governos, por sua vez, precisam assumir um ativo papel no processo, gerando estímulos, orientando e coordenando ações locais focadas no mercado nacional e mundial. (ALTMANN et al., 2002, p.7).

A partir dos anos 1990, cresce o debate sobre a importância da agroindústria de pequeno porte gerida pelos próprios agricultores de origem familiar, o que na perspectiva de desenvolvimento local e regional, representa um instrumento capaz de conter o êxodo rural, contribuir para a geração de novos postos de trabalho e ampliar a renda com a apropriação do valor agregado ao longo da cadeia produtiva, que se dá desde a produção e processamento dos alimentos até a efetiva comercialização.

A partir de 1995, o governo Federal passou a enquadrar a agricultura familiar em um segmento produtivo diferenciado dos produtores rurais, os agricultores familiares passam a ter acesso a uma linha de crédito rural específico para a atividade. Programas de apoio à atividade rural foram estabelecidos, tanto em nível federal quanto estadual, objetivando criar oportunidades de trabalho e renda para os agricultores e também para os pescadores, que geralmente são englobados nos programas.

No que tange ao governo nacional, em 1996 é criado o PRONAF¹² – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - o que representou um importante instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar. O Pronaf tem como característica ser uma política pública que leva em conta as especificidades da agricultura familiar, as suas estratégias de reprodução social, a forma diversificada de produção, as formas alternativas de comercialização, entre outras. Sendo assim, identifica-se o Pronaf como um programa que teria sido pensado e instituído com o objetivo de suprir as deficiências e necessidades das famílias rurais brasileiras.

4.2 TEORIA INSTITUCIONALISTA

Como se sabe, o Institucionalismo surge nos Estados Unidos, na década de 1920 e é influenciado, principalmente, pela obra de Thorstein Veblen (1857/1929). Com isso, inicia-se a saga da teoria econômica para tentar explicar a importância das Instituições para a realidade e o comportamento econômico. Esta teoria

¹² O PRONAF estabelecido inicialmente no Ministério para Reforma Agrária (1996) passando, em 1999, para o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

entende que a análise econômica deveria ser baseada no estudo da estrutura, de regras e comportamentos das organizações. Esta concepção teórica é fortemente marcada pela crítica à Teoria Neoclássica, especialmente, ao seu postulado de racionalidade dos agentes. Posteriormente, esta concepção ganha novos elementos e interpretações dando lugar ao “novo institucionalismo”, conhecido como a NEI - Nova Economia Institucional -, que tem como seu ponto de partida o trabalho de Ronald Coase intitulado “A Natureza da Firma”.

É através de trabalhos de Coase e Williamson que há a introdução do conceito de “custos de transação” na economia e o entendimento de que estes determinam as formas organizacionais e a consolidação do ambiente social. Em se tratando de agricultura familiar e o processo de agroindustrialização, faz-se importante salientar a percepção da Nova Economia Institucional (NEI) em um nível macro-institucional de acordo com Douglass North que relaciona as Instituições e o desempenho econômico, ou seja, focaliza o desempenho das Instituições e políticas para a performance econômica através dos tempos.

A NEI, diferentemente da Teoria Neoclássica, não prevê mercados perfeitos, pois não compartilha com os pressupostos de racionalidade instrumental e informação completa dos agentes econômicos.

Para North, as Instituições são a “regra do jogo” e, para que possamos entender as transformações históricas ocorridas na sociedade e na economia, devemos, antes, buscar compreender as transformações institucionais, pois tanto as Instituições afetam a economia e as estruturas sociais como são influenciadas por elas.

A Teoria Institucionalista de Crescimento tem como seu ponto central o entendimento de um “processo”, ou seja, em um determinado momento, temos o surgimento de uma “consequência cumulativa” das inúmeras decisões de curto prazo que foram tomadas ao longo do período por políticos ou empresários, neste caso tratado, por agricultores familiares. O ambiente histórico é fundamental para que haja um processo, e assim, surge o conceito de *path dependence*, que é o entendimento de um processo com relevância para a sua evolução histórica, ou a dependência dos passos já seguidos.

Para o crescimento econômico, seguindo a lógica institucionalista, há a necessidade de mudança e este crescimento se dá através de um “processo”, incorporando o ambiente histórico e as especificidades locais de cada região. Para

Douglass North (1990), inexistente uma “teoria de dinâmica econômica”, e esta fundamentalmente é a compreensão e sistematização do processo de mudança. Sendo assim, as trajetórias de mudanças institucionais são determinantes para as diferentes formas de crescimento econômico.

Conforme Filippi, Siman e Conceição (2006), as Instituições são parte integrante da realidade social e econômica, afetam o desempenho econômico e influenciam aspectos sociais e políticos. Contudo, as mesmas fazem-se, prioritariamente, importantes pelo fato de conseguirem explicar a razão da existência de mercados ineficientes.

No caso da agricultura familiar, a Teoria Institucionalista faz-se relevante não só para o crescimento e expansão da atividade, mas, principalmente, faz referência à sua sustentabilidade e suficiência econômica perante as dificuldades enfrentadas por seus agentes. Ou seja, a teoria torna-se importante para a explicação do desenvolvimento econômico, que embora seja um conceito bastante confundido com o de crescimento econômico dos neoclássicos¹³, engloba outros elementos passíveis de mensuração não só quantitativa, mas também qualitativa, além de fazer referência à importância da atuação institucional para o referido desenvolvimento econômico.

4.2.1 Instituições

Entre os teóricos institucionalistas não há um consenso sobre o que seriam as Instituições, devido à diversidade de abordagens presentes na teoria. Segundo Conceição (2002 p. 85), as Instituições são assim definidas: “[...] ora como normas ou padrão de comportamento, ora como formas institucionais, ora como padrão de organização da firma, ou, ainda, como direito de propriedade”.

¹³ Crescimento econômico, para o entendimento da economia neoclássica, é, prioritariamente, explicado pela elevação (variação) de produtividade dos fatores de produção e da acumulação de capital físico e humano. As instituições são tratadas como variáveis exógenas e para a teoria neoclássica, são postuladas as idéias de existência de informação perfeita dos agentes econômicos, da racionalidade dos mesmos e de mercados perfeitos.

Nelson e Sampat (2001 p.30), concebem instituições como

As maneiras padrão e esperada de interação dos agentes econômicos para conseguir determinados resultados e propõem a re-elaboração do conceito de atividade econômica para incluir a interação das partes envolvidas no funcionamento das atividades econômicas produtivas, interação que às vezes se realizam dentro das unidades econômicas e às vezes entre elas. (NELSON; SAMPAT, 2001).

Na concepção de uma das vertentes da Teoria Institucionalista, a Nova Economia Institucional (NEI), as Instituições, tidas como instrumentos econômicos e políticos de ação coletiva, teriam como finalidade o alcance dos propósitos fundamentais da sociedade moderna.

As Instituições representam, segundo postulados da NEI, meios para diminuir as incertezas dos agentes nas trocas econômicas, ou seja, as “assimetrias de informações¹⁴” geram as incertezas, o que acaba por elevar os custos de transação¹⁵, pois, por não possuírem a informação plena, os agentes econômicos necessitam dispendir tempo e recursos para obter as informações necessárias que assegurem uma melhor tomada de decisão. Sendo assim, “[..] as instituições desempenham um papel crucial por estabelecerem a estrutura de interação estável entre os agentes econômicos o que reduz as incertezas, além de definirem e limitarem o conjunto de escolhas individuais”. (FILIPPI; SIMAN; CONCEIÇÃO, 2006, p. 5).

Outra percepção é a de que “as instituições formam a estrutura de incentivo da sociedade, e as instituições políticas e econômicas, em consequência, são os determinantes subjacentes da performance econômica.” (NORTH, 2002 p. 359 apud FILIPPI; SIMAN; CONCEIÇÃO, 2006, p. 5)¹⁶.

¹⁴ Esta é uma das críticas marcantes da NEI para a teoria Neoclássica que prevê a completa informação dos agentes e, conseqüentemente, a sua racionalidade ilimitada, gerando assim, mercados perfeitos.

¹⁵ Custos de transação são os custos com os quais os agentes se defrontam toda a vez que necessitam recorrer ao mercado para negociar e poder garantir o cumprimento dos contratos. Ou seja, custos de transação podem ser definidos como aqueles a que estão sujeitas todas as operações de um sistema econômico.

¹⁶ NORTH, Douglas. The New Institutional Economics and Development. [Http://ECONWPA.WSTL.EDV/EPS/EM/Papers/9309/9309002.PDT](http://ECONWPA.WSTL.EDV/EPS/EM/Papers/9309/9309002.PDT)

No decorrer deste capítulo, são citadas Instituições atuantes na região Sul do Brasil que praticam ações e metodologias para o aporte e incentivo à atividade agrícola familiar. Estas Instituições têm como finalidade a conquista da autosuficiência e do desenvolvimento da agricultura familiar

4.2.1.1 SENAR – RS

O SENAR¹⁷ – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – é uma entidade vinculada à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). Caracteriza-se como uma entidade sem fins lucrativos, é mantida pelo setor do agronegócio através de contribuições arrecadadas pela Previdência Social. Presta ações educacionais que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento do homem do campo (rural), ou seja, atua com a intenção de desenvolvimento do homem rural para a cidadania e o trabalho. As ações seguem processos de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle, tendo em vista o crescimento e o bem-estar social da população rural.

Dentre as diversas atividades educativas, o SENAR ministra cursos de aperfeiçoamento com ênfase no processo agroindustrializante. Estes cursos de Formação Profissional Rural e Atividades de Promoção Social (QUADRO 7) têm o intuito de “especializar” a mão-de-obra rural e modernizar suas atividades, além de possibilitarem aos trabalhadores rurais, como diz no próprio nome, a sua “promoção social”. Outro fato importante a ser ressaltado é a questão institucional, que faz parte do crescimento e aperfeiçoamento destes trabalhadores, ou seja, o SENAR representa, no Rio Grande do Sul, uma instituição de incentivo ao homem rural, que possibilita a aprendizagem para a sua agroindustrialização, dentre outras formações, o que irá se refletir na própria sustentabilidade do trabalhador rural.

¹⁷ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Rio Grande do Sul, foi criado em 15 de Abril 1993.

Catálogo de Ações de Formação Profissional Rural e Atividades de Promoção Social - Cursos/Treinamentos
AGROINDÚSTRIA
Beneficiamento e Transformação Primária de Produtos de Origem Agro-Silvo-Pastoris
• Trabalhador na Fabricação Caseira de Melado, Açúcar Mascavo e Rapadura
• Trabalhador na Fabricação de Aguardente
• Trabalhador na Fabricação de Licores, Vinhos e Vinagres
• Trabalhador na Fabricação Caseira de Produtos de Higiene e Limpeza
• Trabalhador na Transformação Caseira de Produtos de Origem Animal em Embutidos e Defumados
• Trabalhador na Produção de Derivados do Leite
• Trabalhador na Produção de Conservas Vegetais, Compotas, Frutos Cristalizados e Desidratados
• Trabalhador no Beneficiamento, na Conservação e na Transformação de Pescado
• Trabalhador no Beneficiamento e Transformação Caseira de Oleaginosas
• Trabalhador na Fiação de Fibras (fiandeiros e tecelões)

QUADRO 7 - Cursos e Treinamentos SENAR – RS.

Fonte: SENAR-RS

Os cursos/treinamentos são ministrados com orientação profissional e têm um número mínimo de participantes para a sua efetivação (normalmente, o número mínimo de participantes é 10 e o máximo é 15 pessoas). Os cursos são de amplo acesso ao público rural, pois suas exigências são poucas, dado que os requisitos mínimos para a participação dos cursos são elementares, como a condição de alfabetização e idade mínima de 18 anos. Na maioria dos cursos/treinamentos, os conteúdos básicos têm referências à questão de higienização, tanto a pessoal, do ambiente, dos processos e dos alimentos, aos processos técnicos e tecnológicos de fabricação, à conservação dos alimentos e armazenagem, além de introduzirem o aspecto da comercialização dos produtos. Portanto, há um incentivo ao desenvolvimento dos trabalhadores rurais para a atividade agroindustrial, mas sem esquecer o seu aperfeiçoamento sustentável com os conhecimentos cívicos e sociais.

4.2.1.2 EMATER/RS - ASCAR

A EMATER/RS-ASCAR¹⁸ é uma instituição que tem uma intensa atuação para com o segmento da agricultura familiar do Estado do Rio Grande do Sul e que se autointitula “a melhor e mais atuante das políticas públicas do Governo do Estado” (EMATER)¹⁹.

A missão da EMATER/RS-ASCAR é a de promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural²⁰, classificação e certificação, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Sua demanda é constituída por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas e assentados, atingido um contingente superior a 250 mil famílias.

Seu quadro funcional conta com mais de dois mil empregados que prestam assistência técnica e extensão rural, sempre honrando com a missão da Instituição, de ajudar a plantar um futuro melhor para quem produz e gera alimentos. Suas tarefas incluem a capacitação dos agricultores e jovens rurais e a identificação de saneamento básico como instrumento de saúde pública (preservação da saúde e do meio ambiente). Opera com ações educativas e realiza o abastecimento de água para o consumo humano, a adequação dos esgotos domésticos e de resíduos sólidos das propriedades rurais, além de manter e garantir a segurança alimentar dos públicos assistidos.

A Instituição pensa em desenvolvimento sustentável na perspectiva da cidadania sem desconsiderar a necessidade de resgate da autoestima da população. E entende que é na conquista do respeito próprio e no resgate da autoestima que homens, mulheres, jovens, idosos e crianças do meio rural descobrem possibilidades coletivas de trabalho permanente por uma vida melhor, mais solidária e fraterna. (EMATER)²¹.

¹⁸ Foi fundado em 02/06/1955 a ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – que é uma Instituição que representa o serviço oficial da extensão rural do Estado do RS, fazendo parte da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Denomina-se EMATER/RS-ASCAR.

¹⁹ Extraído de sítio *web* www.emater.tche.br

²⁰ Os objetivos da extensão rural são de natureza educacional.

²¹ Idem Referência 19.

Dentre os serviços (publicação de informativos sobre conjuntura, safras, preços; serviço de meteorologia; classificação e certificação de produtos vegetais; entre outros) oferecidos pela Instituição, esta também oferece, aos seus assistidos, programas especiais na atuação rural, como é o caso do programa para a agroindústria familiar.

Com relação à agroindústria familiar, a Instituição vê como seus principais indutores, as recentes mudanças de hábitos alimentares, a preocupação com a qualidade de vida e a tradição na produção de alimentos, o que torna o cenário econômico e social favorável à atividade agroindustrial familiar. As ações de apoio oferecidas pela EMATER/RS-ASCAR para a agroindustrialização familiar estão centradas na observação de matérias-primas, enquadramento à legislação vigente, capacitação à gestão dos empreendimentos, capacitação produtiva e de comercialização dos produtos.

Conforme as atribuições da EMATER/RS-ASCAR, “O cenário econômico e social favorável faz da agroindústria familiar uma excelente alternativa de atividade de geração de emprego e renda no meio rural”. (EMATER)²².

4.2.1.3 SIDASC – SC

A SIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina é uma empresa pública²³, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e tem como missão atuar na sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina. Sua sede e unidade central localizam-se na capital, Florianópolis, sendo que a instituição possui, ainda, outras sedes administrativas regionais espalhadas pelo Estado (FIGURA 2).

²² Extraído de sítio *web* www.emater.tche.br

²³ A SIDASC foi criada em 1979 como uma empresa mista e em 2005 foi transformada em uma empresa pública.

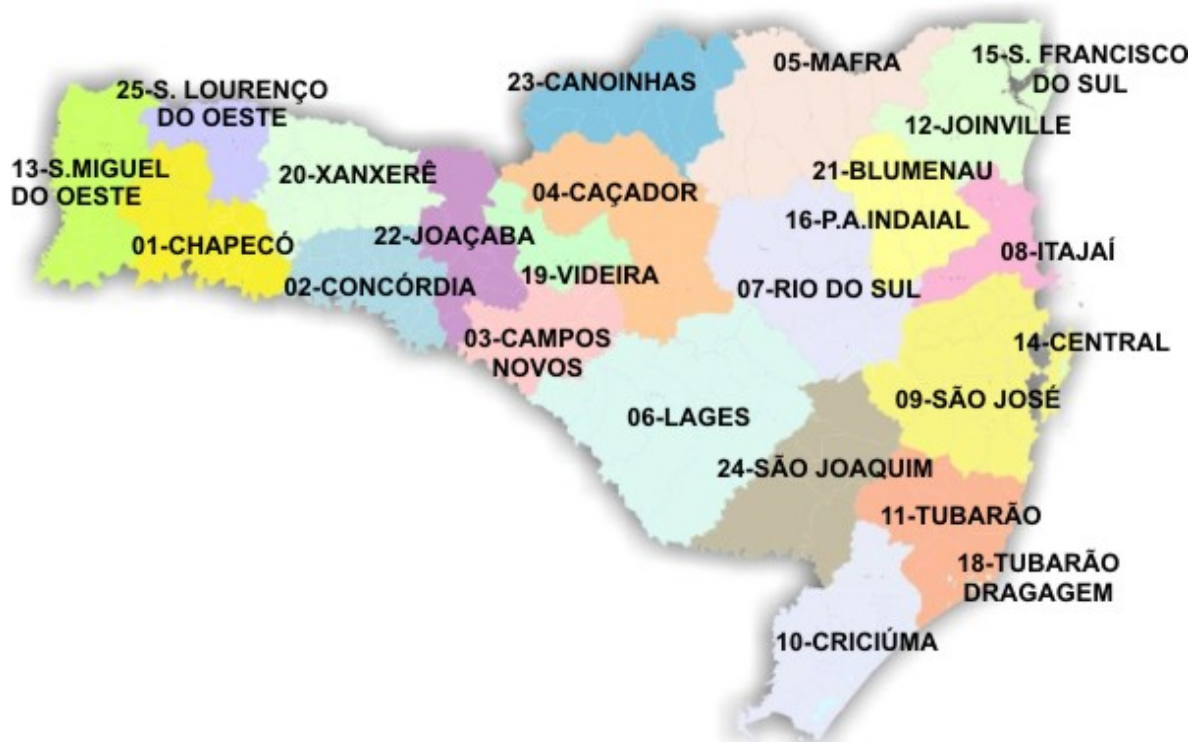


FIGURA 2 – Administrações Regionais da SIDASC.

Fonte: SIDASC.

Em seu Estatuto os objetivos são assim traçados:

Art. 3º A SIDASC tem por objetivos:

I - executar, por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, os serviços de inspeção e fiscalização da produção e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, saúde animal e defesa sanitária animal e vegetal;

II - incentivar e apoiar os mecanismos de abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e seus subprodutos;

III - executar serviços de classificação de produtos de origem vegetal inspeção e padronização de produtos de origem animal e vegetal;

IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solos, ração e outras análises laboratoriais relacionadas com a produção animal e vegetal, inclusive análise de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul;

VI - realizar pesquisas e inovação tecnológica restrita à sua área de competência.

VII – executar atividades de dragagem e captação de água mediante solicitação das Secretarias de estado de Desenvolvimento Regional ou quando em situações de emergência decretadas pelos Municípios.

(SIDASC)²⁴.

As atividades desempenhadas pela Companhia são de caráter agropecuário; presta serviços como os referentes à saúde animal (realização de vacinações, execução de exames, captura de morcegos hematófagos e execução de ações educativas sanitárias), ao fomento da produção animal (coleta, industrialização e comercialização de sêmen, treinamentos de inseminadores artificiais, assistência técnica ou melhoramento animal), à saúde vegetal (monitoramento fitossanitário, fiscalização do comércio de agrotóxicos, sementes e mudas, promoção de exames), à classificação de produtos de origem vegetal (capacitação de produtores, auxílio técnico às fecculárias, engenhos de arroz e farinha), à armazenagem (armazenagem portuária no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul), à engenharia rural (dragagem em rios, lagoas e canais; abertura, limpeza e desassoreamento de canais de drenagem; perfuração de poços; construção de açudes, bebedouros e silos; abertura de estradas rurais, terraplanagens e destocas), à inspeção de produtos de origem animal (inspeção em abatedouros, fábricas de embutidos, charqueadas, entrepostos de carnes e pescados, postos de mel e distribuidores de ovos). Sinteticamente, todos os serviços e ações executados pela Companhia visam a auxiliar e facilitar a produção/criação, bem como suas fiscalizações objetivam a possibilidade de comercialização formal além do comércio local, ou seja, para que os produtos possam avançar as fronteiras de comércio municipais e, até mesmo, as estaduais.

²⁴ Extraído do sítio web www.cidasc.sc.gov.br

4.2.1.4 CODAPAR – PR

A CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, com sede na capital Curitiba, tem diversas unidades de armazenamento espalhadas por todo Estado (FIGURA 3). A CODAPAR é uma empresa de economia mista, criada em 1956 e que está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Sua função é permitir que os produtores rurais obtenham uma produção ambientalmente correta e sustentável, além de disponibilizar metodologias para o bom escoamento das safras.

Sua missão é a de melhorar a infra-estrutura rural, para isso, utiliza-se de quatro unidades de mecanização, elabora e executa projetos para a conservação de solos e atua para propiciar aos produtores adequadas estradas rurais. Disponibilizam também, de quatorze unidades armazenadoras, distribuídas pelo Estado, junto às principais zonas produtoras. Com estas unidades armazenadoras a Companhia possibilita que os produtores estoquem suas safras e aguardem pelo melhor momento para a efetiva comercialização.



FIGURA 3 – Mapa de localização das unidades da CODAPAR.

Fonte: CODAPAR ²⁵

²⁵ Figura extraída do sítio web www.codapar.pr.gov.br

Na Armazenagem das safras, a CODEPAR atua desde a chegada dos produtos, bem como em sua estocagem, secagem, limpeza, tratamento fitossanitário, braçagem (mão-de-obra específica), transbordo e expedição. Quanto à Mecanização, a Companhia oferece serviços de adequação ou readequação de estradas rurais, desassoreamento de rios e canais, obras de saneamento rural, conservação de solos, construção de tanques e açudes, terraplanagem para a construção de agroindústrias, serviços para destocar e de drenagem.

Quanto aos programas disponibilizados pela Companhia, os produtores familiares contam com o Programa de Apoio à Pós-Colheita de Agricultura Familiar. O programa visa a acompanhar e dar apoio aos agricultores familiares em todas as etapas do pós-colheita, especialmente para aqueles que localizam-se em regiões onde não disponibilizam de estruturas suficientes para o beneficiamento, armazenagem e comercialização da safra.

A Companhia não atua isoladamente, mas conta com a parceria de órgãos e instituições governamentais, além das privadas, tanto em nível municipal, estadual quanto federal. Portanto, há uma “integração social” entre as instituições e seus diferentes programas, formando assim, uma rede de apoio institucional aos agricultores.

Outro programa elaborado pela CODEPAR e que atua no apoio institucional aos agricultores do Estado é o Programa Paraná Biodiversidade, também atuando em parceria com outras instituições públicas e privadas e que tem por objetivo preservar a sustentabilidade ambiental e social, além de buscar a conservação da biodiversidade nativa dos ecossistemas presentes no Estado do Paraná.

Vale destacar também, a existência, no Paraná, da Agência de Fomento do Paraná SA que, como diz seu próprio nome, é uma agência que além de financiar projetos de infraestrutura para o município e fomentar pequenos negócios, tem linhas de crédito específicas de fomento ao agronegócio que são uma força para os agricultores e pequenos produtores do Paraná. Nesta linha encontramos o Programa Microcrédito do Banco Social²⁶ que, além de taxas de juros diferenciadas, destaca-se por alcançar setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro

²⁶ Banco Social é um programa de microcrédito do Estado do Paraná, criado para atender pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais.

tradicional, como os microempreendedores, formais ou informais, os artesãos, os prestadores de serviços, os micronegócios familiares, as agroindústrias artesanais familiares, bem como as associações ou cooperativas constituídas pelos segmentos mencionados.

4.2.1.5 BRDE

O BRDE²⁷ – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – é uma instituição financeira pública de fomento, sendo atuante e tendo como membros os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O Banco apresenta-se como um apoio financeiro aos produtores rurais, repassando recursos federais do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – e financiando projetos para a indústria, infraestrutura, agropecuária, comércio e serviços.

O Banco tem atuado fortemente, nos últimos anos, no financiamento e incentivo de cooperativas agropecuárias do Sul do país. Segundo informações do próprio banco, este teria atingido valores substanciais de financiamento no período de 2000 a 2003, o que teria feito com que as operações de crédito às cooperativas tivessem assumido uma relevante participação nos ativos do Banco. “Dentre os vários ramos do cooperativismo, o agropecuário foi, sem dúvida, o que mais se desenvolveu na Região Sul do Brasil.” (BRDE, 2004).

Foi neste período da safra 2002/2003 que foi criado o PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – com o objetivo de incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, modernizando os sistemas produtivos e de comercialização.

Embora este financiamento agropecuário não seja voltado, exclusivamente, às famílias rurais, estas podem ser beneficiadas por meio das cooperativas ou por elas mesmas, uma vez que o único tipo de financiamento proposto pelo Banco para a pessoa física é o destinado aos produtores rurais (com reconhecida atuação). Na,

²⁷ O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul é uma autarquia interestadual, constituída pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em 15 de junho de 1961. O Banco conta com autonomia administrativa e personalidade jurídica próprias.

TABELA 4 apresenta-se o montante financiado pelo Banco para seus setores de atuação e, por meio deste, observa-se que o número de contratações para a agropecuária é, significativamente, superior às outras atividades, contudo, o valor financiado não é muito maior. Com isso, conclui-se que, embora as contratações para a agropecuária sejam de valores inferiores às outras atividades, estas contratações acontecem em grande número e isto é o que dá incentivos à atividade e, sinteticamente, o percentual alocado para a atividade agropecuária é maior.

TABELA 4 - Contratações BRDE

Contratações por Ramo de Atividade*				
Ramo de Atividade	2008		2009**	
	Nº	Valor (R\$ mil)	Nº	Valor (R\$ mil)
Agropecuária	4.314	383.588	4.651	421.845
Indústria	239	682.792	176	559.476
Infraestrutura	45	159.604	65	166.144
Comércio e Serviços	196	356.177	185	465.077

* Informações sujeitas a retificações

** janeiro/setembro/2009

Fonte: BRDE²⁸

TABELA 5 - Percentual de alocação de recursos BRDE

Saldo das Aplicações por Ramo de Atividade		
Balancete de 30/09/2009		
Ramo de Atividade	Valor (R\$ mil)	%
Agropecuária	1.692.767	30,69
Indústria	1.892.304	34,31
Infraestrutura	798.548	14,48
Comércio e Serviços	1.131.593	20,52

Fonte: BRDE²⁹

²⁸ Informativo extraído do sítio web www.brde.com.br

²⁹ Idem Referência 28.

Além da questão econômica e financeira voltada para a atividade agropecuária do Sul do país, o BRDE busca o desenvolvimento da região, ou seja, faz mensurações de seus impactos sociais (TABELA 6). Onde se pode observar um ponto importante do desenvolvimento rural com a geração de novos postos de trabalho. Embora este indicador social de aumento de emprego não seja unicamente determinado pelo avanço financeiro rural, mas sim, compartilhado com as outras atividades (indústria e serviços) do Banco. São conhecidos estudos sobre desenvolvimento rural e, muitos deles, sobre a agroindustrialização rural que apontam a relação direta entre desenvolvimento rural e aumento de emprego rural. O aumento do emprego se dá pela diversificação produtiva que atinge outros setores além do agrícola, ou seja, a agroindustrialização com o seu processamento de alimentos passa a atingir ramos comerciais, industriais, administrativos e legais.

[...] não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

(MATTEI)³⁰.

TABELA 6 - Indicadores sócio-econômicos dos financiamentos do BRDE

Estimativa dos Efeitos Sócio-Econômicos das Operações Contratadas*			
Indicador	Unidade	2008	2009**
Investimento Total Viabilizado	R\$ mil	3.132.683	2.224.074
Novos Postos de Trabalho Gerados	Postos	64.320	54.975
Acréscimo de Receita para os Estados-Membros***	R\$ mil	249.607	131.788

* Informações sujeitas à retificações

** janeiro/setembro/2009

*** ICMS adicional gerado pelos investimentos financiados.

Fonte: BRDE³¹

³⁰ Artigo eletrônico não paginado, nem datado.

³¹ Informativo extraído do sítio *web* www.brde.com.br

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos das Instituições e da atuação de políticas públicas vêm ao encontro da interpretação da Teoria Institucionalista (NEI), que entende de Instituições como sendo as “facilitadoras” que promovem a inserção dos agricultores familiares nos mercados, através da diminuição dos custos de transação, do aumento do poder frente à economia e dos incentivos e apoio oferecidos pelas mesmas. Ou seja, a atuação das Instituições, cada uma com seu ponto mais relevante de atuação (SENAR: ações educativas; SIDASC: ações de fiscalização; CODAPAR: ações de infra-estrutura; BRDE: ação financeira de fomento), possibilitam que os produtores familiares rurais tenham acesso aos mais diversificados serviços e assistências. Isso faz com que os agricultores familiares rurais consigam um apoio para manterem-se na atividade e possibilita a sua expansão de forma sustentável.

As Instituições, vistas de uma maneira ampliada, possibilitam aos agricultores familiares, via programas de incentivo especialmente ao processo de agroindustrialização familiar, a sua expansão com a modernização, tanto produtiva, quanto administrativa e comercial, além de fornecerem um apoio financeiro. O incentivo Institucional aumenta a força e o poder de “barganha” dos agricultores familiares para que estes possam inserir-se e atuar nos mercados, sejam eles mercados tradicionais, regionais, de nicho, etc. A agroindustrialização familiar rural e a inserção nos mercados ampliam-se para a diferenciação produtiva, a diversificação de fontes de renda e um possível ganho financeiro com o aumento da renda familiar rural, fazendo com que haja uma maior atratividade para a atividade, permitindo assim, que os jovens permaneçam na propriedade rural. Agregando-se a estes fatores, é importante ressaltar o aumento do emprego rural acarretado por esta expansão rural.

A TABELA 7 apresenta a origem histórica de formação das agroindústrias familiares na região do Médio Alto Uruguai, RS. Neste quadro, observamos o percentual (23,58%) considerável de agroindústrias formadas a partir de incentivos institucionais. Reforçando assim, a importância e efetividade da participação institucional para o desenvolvimento e autonomia da agricultura familiar, sem deixar de contar com o valor histórico e cultural impresso nestas famílias agricultoras.

TABELA 7 - A origem histórica de formação das agroindústrias familiares

Como surgiu a agroindústria	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Como origem histórica da família que já trabalhava com a atividade	35	33,02
De outras formas	31	29,25
Por incentivos de entidades ou instituições (STR, EMATER, SEBRAE, ONG's, etc.)	25	23,58
Incentivo governamental (Programas, investimento a fundo perdido, etc.)	10	9,43
Originou-se como associação ou cooperativa (a família ingressou posteriormente)	5	4,72
TOTAL	106	100
Outras formas (especificação)		
Por interesse do proprietário	30	28,30
Pela existência de feiras municipais	1	0,94
TOTAL	31	29,25

Fonte: PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 91.

Portanto, as Instituições estão presentes nas atividades das famílias rurais e através de seus programas e projetos fazem com que a sustentabilidade da agricultura familiar aconteça, possibilitando, além disso, que a mesma se expanda produtiva e comercialmente.

5 CONCLUSÃO

A agricultura familiar historicamente foi concebida como uma atividade de pequena produção, como agricultura de baixa renda ou de subsistência. O “real” conceito e o seu entendimento como atividade diferenciada e com capacidade de desenvolvimento e autonomia, chegou, tardiamente, à concepção dos brasileiros.

Ao longo deste trabalho, foi tentado transmitir a idéia deste novo conceito sobre a agricultura familiar, ou seja, da mudança de paradigma. Embora, como já descrito anteriormente, não haja a determinação de um único conceito sobre o que seria a agroindustrialização familiar. Todas as percepções quanto ao conceito referido fazem menção a uma intensa participação do núcleo familiar, seja ela na gestão ou na produção. Portanto, extraí-se destas, o entendimento de que a agricultura familiar tem uma dinâmica própria e diferenciada das outras atividades agrícolas, produtivas e mercantis.

A mudança de paradigma diz respeito ao movimento apresentado pelos agricultores familiares, com início na década de 1990, para a “sobrevivência” da atividade rural e manutenção de seu núcleo familiar. As famílias agricultoras passaram a utilizar novas técnicas e buscaram a inserção em novas realidades com o intuito de obter novas metodologias que lhes assegurassem o sustento e a conquista de um desenvolvimento. Este movimento teve como objetivo melhorar a realidade rural (econômica e social) através da agregação de valor e, conseqüentemente, impor um aumento de renda das famílias e obter uma diminuição do êxodo rural dos jovens, o que permitiria a sua reprodução social.

Com o exposto, tratou-se de demonstrar que se, anteriormente, a agricultura familiar era vista com mediocridade no cenário econômico, atualmente, na região Sul do Brasil, esta têm relevância econômica e grande importância para as famílias e para a sociedade como um todo. Este movimento em prol do sustento e desenvolvimento da agricultura familiar ficou caracterizado pelas tentativas de diferenciação produtiva, diversificação de fontes de renda e agregação de valor à produção. Na região Sul (ao menos nos municípios citados no trabalho), estes objetivos são alcançados com a agroindustrialização familiar rural, ou seja, com a formação de agroindústrias pelos produtores familiares rurais. A agroindústria

familiar rural é uma das tentativas de revitalização da agricultura familiar, tratando de que a atividade rural aproprie-se de uma diversidade de valores e funções.

A agroindustrialização é uma estratégia de desenvolvimento e os seus efeitos são sentidos na geração de renda das famílias, na produção de alimentos, na fixação do homem no campo, na geração de segurança alimentar e nutricional, na criação de novos empregos e ocupações no campo, na diversificação e inovação produtiva, caracterizando-se assim, como uma atividade capaz de influenciar e transmutar a realidade das famílias rurais. É através das agroindústrias que as famílias rurais expandem sua produção e aumentam sua interação social, o que possibilita que estas se insiram nos mercados, além de aumentar seu poder de barganha frente às comercializações.

Quanto às limitações para a atividade apontadas neste trabalho, identifica-se que são questões, a maioria delas, externas ao núcleo familiar. Ou seja, as famílias, na maioria das vezes, apresentam-se dispostas e com capacidade para a execução das atividades, porém, esbarram em limitações externas, o que acaba reforçando a importância de políticas públicas e ações institucionais. As Instituições desempenham um papel muito importante para o desenvolvimento da atividade agrícola, especialmente para a atividade de cunho familiar que, muitas vezes, encontra-se desprovida de outras formas de amparo e sustento. Como já foi apontado, as Instituições executam ações visando a capacitação e aperfeiçoamento dos agricultores e além disso, auxiliam com a infra-estrutura rural e com o aporte financeiro para que a atividade seja possível.

Em síntese, a agricultura familiar encontra na agroindustrialização rural uma aliada para o desenvolvimento e para sua própria autonomia, ou seja, é através da agroindustrialização que as famílias rurais conquistam sua suficiência, conseguem inserir-se nos mercados e ampliam suas bases econômicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva** - vol. 11, nº 2:73-78. São Paulo, 1997.

ALTMANN, Rubens. et al. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

BENEDET FILHO, Belmiro. **Formas de inserção nos mercados utilizadas pelos agricultores e agroindústrias familiares da Região Sul do Estado de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado em Agronegócios, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

BORILLI, Salete Polônia ; HEINZMANN, Ligia Maria ; SHIKIDA, Pery Francisco Assis . A pluriatividade e a viabilização da pequena propriedade: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo - PR. In: XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006, 2006, Fortaleza. **Anais...** XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza (CE) : UNIFOR, 2006.

BRDE, Gerência de Planejamento. **Redes de agroindústrias de pequeno porte** - Experiências em Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Disponível em http://www.brde.com.br/estudos_e_pub/Rede%20de%20Agroindústrias%20de%20Pequeno%20Porte.pdf extraído em 17/08/09 as 22:03 min.

CARVALHEIRO, E. M. ; WAQUIL, P. D. . A participação da agroindústria familiar rural de Palotina (PR) na construção social de mercados. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre, RS. **Anais...**, 2009.

CONCEIÇÃO, Otávio A. C. **Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista**. FEE, Porto Alegre, março de 2002.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. Crescimento Econômico sob as óticas evolucionária e institucionalista: elementos para uma teorização apreciativa. In: **Desenvolvimento econômico brasileiro: contribuições sobre o período pós-1990**. In: DATHEIN, R. et al. (Org.). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

CONTERATO, A. M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais (Org.)**. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2007.

DIESEL, V. et al. Caracterização da agroindústria familiar de aguardente de cana-de-açúcar na Região da Quarta Colônia – RS. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º, 2005. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 2003, p. 859-880.

FILIPPI, Eduardo Ernesto; SIMAN, Renildes Fortunato; CONCEIÇÃO, Octávio Augusto. A Economia Institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. In: XLIV Congresso da SOBER, trabalho 255, 2006. **Anais...** Porto Alegre: PGDR/UFRGS.

FILIPPI, Eduardo Ernesto; WESZ JUNIOR, Waldemar João; TRENTIN, Iran Carlos L.;. A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais. Trabalho 288. Em: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (44. : 2006 jul. : Fortaleza, CE). **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006.

FIPE/USP. **O PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar**. 2004. Documento eletrônico disponível em www.mda.gov.br/arquivos/PIB_Agricultura_Familiar.pdf, 2004. Consultado em 23 de Setembro de 2009.

FROELICH, J. M.; ALVES, H. F. I. (2005). Novas Identidades, Novos Territórios. Aproveitando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER.

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew (1993). **The farm family business** - Wallingford, Cab International.

GARCEZ, Daniela. Agricultura familiar e a equidade social: agroindustrialização familiar e o papel das políticas agrícolas de crédito como o PRONAF. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto, 2005. **Anais...** SOBER.

<http://www.senarrs.com.br>, consultado em 24/10/2009 às 19h50min.

<http://www.codapar.pr.gov.br/>, consultado em 29/10/2009 às 20h50min.

<http://www.afpr.pr.gov.br/>, consultado em 29/10/2009 às 21h20min.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/html/default.asp>, consultado em 28/10/2009 às 21h05min.

<http://www.emater.tche.br/site/index.php>, consultado em 03/11/2009 às 23h10min.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: série IPEA, n. 127, 1990.

MARQUES, Pedro V. **Mercados futuros de commodities agropecuárias: exemplos e aplicações aos mercados brasileiros**. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1999.

MATTEI, Lauro. **Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas**. Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=20>, Consultado em 28/10/2009 às 00h03min.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Disponível no site http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf consultado em 14/09/09 às 22:34 min.

NIEDERLE, Paulo André. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

NELSON, Richard R; Sampat, Bhaven N. **Revista de Economia Institucional**; n.5. Segundo Semestre/2001).

ORSOLIN, J.; HAMER, E. (2004). Gestão da comercialização na cadeia agroindustrial familiar do açúcar mascavo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá, 2004. **Anais...** Brasília: SOBER.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen, Ed. Da URI, 2008.

Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=340>. Consultado em 26/08/09 às 23:13 min.

PREZOTTO, L. L. (2000). A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria, 2000. **Anais...** Lajeado/RS.

PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (**Circular nº23/2009**, de 13/03/2009) em <http://www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/download/prodecoop.pdf> Consultado em 26/10/09 às 23h37min.

SCHNEIDER, Sergio. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. **Textos para Discussão**. Brasília/DF.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Texto provisório para discussão**. Agosto 2001. Disponível em http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/ultimos/estrategia_agosto.htm Consultado em 16/09/09 às 00:21 min.

VINHA, Valéria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma ampliação contemporânea do conceito do enraizamento social. **Revista Econômica**, v. 3, n. 2, p. 207-230, dezembro de 2001. Disponível em <http://www.uff.br/revistaeconomica/v3n2/4-valeriavinha.pdf>. Consultado em 13/09/09 às 19:05 min.

WAIBEL, L. Princípios de colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222, 1949.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. (200a). Desenvolvimento e Agroindústria Familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá, 2004. **Anais...** Brasília: SOBER.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. (2005b). Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto/SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2002, p. 805-825.